
Corumbá Concessões S.A.

*Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2017
e relatório do auditor independente*

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Corumbá Concessões S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Corumbá Concessões S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Corumbá Concessões S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

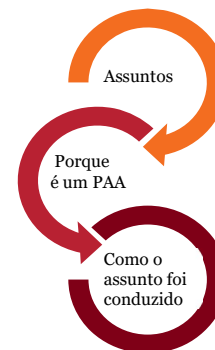
Partes relacionadas

Chamamos atenção para as Notas 15 e 16 às demonstrações financeiras, que descrevem que a Companhia mantém saldos e operações comerciais, bem como litígio arbitral, em montantes significativos com partes relacionadas nas condições nelas descritas. Especificamente quanto ao assunto litígio arbitral (Nota 15 – Arbitragem - "CAM-CCBC"), a disputa foi iniciada em julho de 2017, quando a acionista Serveng requereu da Companhia a incidência de correção monetária e juros legais (IGPM-FGV + 1% a.m.) sobre os Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital ("AFACs") que a mesma acionista realizou no período de 2006 a 2008, no montante histórico de R\$ 38.195 mil. A Companhia, suportada pela opinião de seus consultores jurídicos externos, entende que a probabilidade de perda dessa demanda é possível e definiu pelo não provisionamento do valor no montante de R\$ 115.158 mil, referente a juros e correção monetária, nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2017. Nosso relatório não está ressalvado em relação a esses assuntos.

Corumbá Concessões S.A.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



Porque é um PAA

Provisão para causas judiciais (Notas 2.12 e 15)

A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos de natureza cíveis, trabalhistas e ambiental, decorrentes do curso normal de suas atividades, para os quais a respectiva provisão monta em R\$ 48.479 mil em 31 de dezembro de 2017.

Normalmente processos desta natureza são encerrados após um longo período e envolvem não só discussões acerca do mérito, mas também aspectos processuais complexos, de acordo com a jurisprudência e legislação vigente.

A Companhia é também parte de procedimento arbitral iniciada por um de seus acionistas.

A decisão de reconhecimento de um passivo e suas bases de mensuração levam em consideração os pareceres dos assessores jurídicos e exercício de julgamento feito pela Administração da Companhia. Por estes motivos e pela relevância dos valores envolvidos, essa foi considerada uma das principais áreas de foco em nossa auditoria.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria, abrangeram, dentre outros:

O entendimento dos controles relacionados à identificação e à constituição de passivos, bem como às divulgações em notas explicativas.

A realização de procedimentos de confirmação da totalidade dos escritórios de advocacia que são responsáveis pelos processos judiciais, administrativos e de arbitragem e obtenção de confirmação de informações, diretamente com esses escritórios, em relação à avaliação do prognóstico, aos principais dados das causas e ao valor atualizado das perdas estimadas.

A análise em relação aos valores provisionados das ações, bem como, com o apoio de nossos especialistas (advogado), a discussão da razoabilidade do prognóstico de perda das causas mais significativas de natureza trabalhista, cível e ambiental junto à administração, e discussão sobre o prognóstico da arbitragem junto ao advogado externo responsável e à administração.

Consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração fornecem uma base razoável para a determinação da provisão para causas judiciais e correspondentes divulgações no contexto das demonstrações financeiras.

Corumbá Concessões S.A.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de

Corumbá Concessões S.A.

auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Brasília, 28 de fevereiro de 2018


PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5


Alexandre Vinicius Ribeiro de Figueiredo
Contador CRC 1RJ092563/O-1



Corumbá Concessões S.A.

Relatório da administração

Dezembro de 2017

Relatório da administração 2017

Senhores Acionistas:

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.S^{as}., e ao público em geral às Demonstrações Financeiras da Corumbá Concessões S.A. ("Concessionária"), com as respectivas Notas Explicativas, acompanhadas do Parecer dos Auditores Independentes referente ao exercício findos em 31 de dezembro de 2017.

Considerações gerais:

O setor elétrico brasileiro, em 2017, se mostrou bastante dinâmico em vários aspectos, passando por vários temas e propostas de reformulação geral, modelagens para privatizações e mudanças regulatórias, sem deixar de mencionar, mais uma vez, um ano com exacerbadas questões hídricas refletidas no GSF ("Generation Scalling Factor") sistêmico, GSF para repactuação do Risco Hidrológico, preços do Mercado Spot elevados, bem como a continuidade da judicialização no setor. Como falaremos adiante, as vazões afluentes no ano de 2017 foram as piores de toda a série histórica do Mercado, em quase todos os meses, em vários submercados, o que, associado ao constante despacho de fontes de geração intermitente, fizeram com que a curva de GSF para esse ano fosse especialmente danosa às geradoras hidráulicas. Até mesmo o cálculo da Revisão Ordinária da Garantia Física de todas as geradoras hídricas, após vários anos sem sucesso, foi efetivada pelo Ministério das Minas e Energia (MME) em 2017, a valer a partir de janeiro de 2018, reduzindo em uma média global cerca de 3% da Garantia Física nacional então vigente.

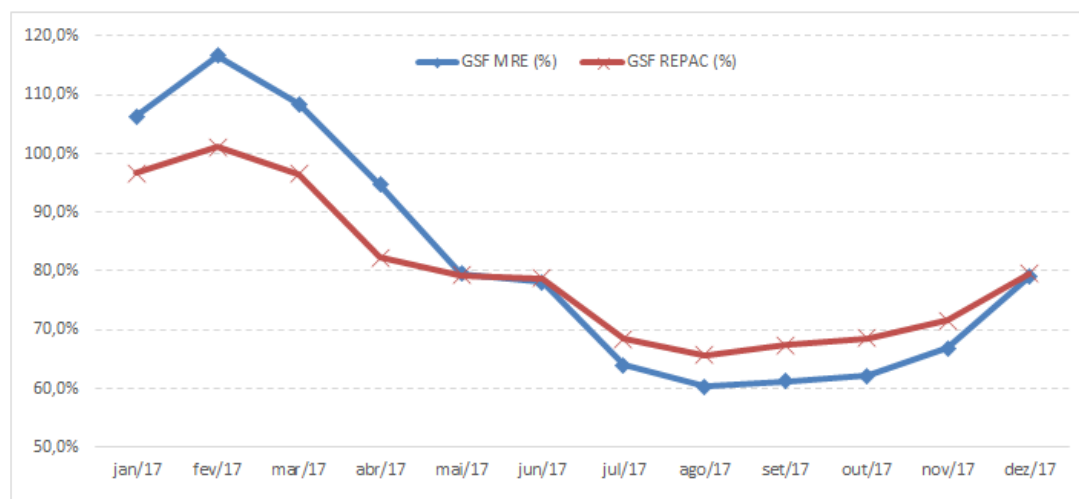
Todos esses fatores não deixaram, como veremos, de afetar a Companhia que, contudo, ao final de 2017 após vários anos de trabalho intenso, logrou êxito em elevar (antes da revisão ordinária com redução de 3,4 MW a valer a partir de 2018), a sua garantia física em 2,6 MW médios, via benefício local (0,6 MW) e indireto (2,0 MW), consequência do trabalho para o aumento da cota da barragem em 0,60m metros; obteve também a segunda extensão de 438 dias em seu prazo de Concessão (após o aumento em 2016 de 95 dias); registrou lucro (R\$ 7.179 mil) mais uma vez e propõe a distribuição de dividendos com base nesse resultado.

Associado ao aumento do prazo de Concessão reconhecido pela ANEEL via excludente de responsabilidade, nesse ano, ainda, a Companhia deu entrada em peça judicial e técnica requerendo reequilíbrio econômico-financeiro das condições originais do seu Contrato de Concessão, com vistas a recuperação de valor presente do empreendimento.

A baixa hidraulicidade verificada em 2017 (continuada desde 2015) seja no âmbito nacional quanto local (afluência na represa da Companhia), o despacho da chamada "geração intermitente" (eólica, solar) mais acentuada, a redução da carga (dado a menor atividade econômica nacional), o perfil de sazonalização global do Mercado e específico da Companhia, dentre outros fatores não relacionados necessariamente a ordem de mérito de despacho de geração, fizeram com que o ano de 2017, para as geradoras hídricas em geral e para a Companhia, verificasse uma curva de GSF sistêmico (GSF MRE) bastante agressivo e, ainda pior, uma curva de GSF para repactuação do risco hidrológico bastante diversa daquela curva sistêmica, tudo isso associado a preços SPOT elevados. Essa diferença entre a curva de GSF sistêmica e a curva para repactuação pode ser melhor observada no gráfico que segue, onde podemos ver que, no cômputo geral de 2017, verificou-se uma diferença acumulada de cerca de 21,5%. Essa diferença introduz no cálculo do "seguro GSF" contratado (repactuação do risco hidrológico), uma imperfeição de cerca de 30%, ou seja, se a Companhia contratou um seguro (SP90) que garante um risco máximo de 10% de exposição ao Mercado, essa imperfeição eleva essa exposição ao risco para patamares superiores ao 10% contratado. Todos esses efeitos retrocitados, se somam de forma linear multiplicativa, onde todas as variáveis contribuíram conjuntamente para a elevação dos gastos em 2017 com a compra de energia/liquidações financeiras na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), sendo, dessa forma, um ano atípico no que tange ao alinhamento desses efeitos.

Curvas de GSF do MRE (sistêmico) versus o GSF para repactuação do risco hidrológico

	jan/17	fev/17	mar/17	abr/17	mai/17	jun/17	jul/17	ago/17	set/17	out/17	nov/17	dez/17	
GSF MRE (%)	106,3%	116,6%	108,4%	94,7%	79,6%	78,1%	64,0%	60,3%	61,2%	62,2%	66,8%	79,0%	
GSF REPAC (%)	96,6%	101,1%	96,5%	82,3%	79,3%	78,7%	68,4%	65,7%	67,4%	68,6%	71,6%	79,5%	
VAR (%)	9,7%	15,5%	11,9%	12,4%	0,3%	-0,6%	-4,4%	-5,4%	-6,2%	-6,4%	-4,8%	-0,5%	21,5%



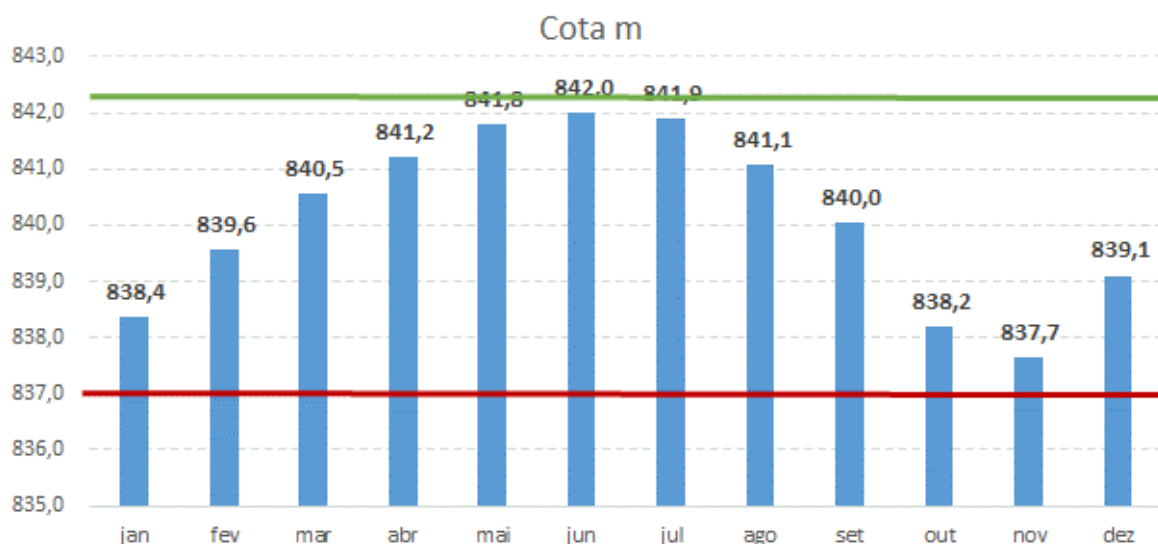
Como podemos ver na tabela a seguir, a afluência mensal média histórica no reservatório da usina dos últimos 84 anos se situa em cerca de 131 m³/segundo médios durante um ano típico. No ano de 2014, essa média realizada foi de 109 m³/segundo, no ano de 2015 foi de 73 m³/segundo, em 2016 essa média foi ainda menor, sendo de 64,9 m³/segundo, e finalmente em 2017 temos o pior ano, com cerca 42 m³/segundo (menos de um terço da média esperada), o que explica integralmente a menor geração física despachada nesses anos e, por consequência maiores gastos com as liquidações físicas do MRE, liquidadas à TEO (Tarifa de Energia de Otimização).

Histórico de Afluência													
Vazão Histórica 1931 a 2015	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Média Anual
	216	238	239	191	119	87	68	53	46	60	99	159	131
	141	171	262	280	130	86	72	56	51	142	170	263	151
	327	355	194	160	97	69	50	39	33	32	62	139	130
	170	269	275	217	103	75	55	43	41	38	65	153	125
	153	217	164	234	146	89	65	56	61	96	116	224	135
	214	144	168	155	75	56	45	35	26	53	90	216	106
	222	188	206	151	102	63	49	35	27	59	82	141	110
	249	203	150	128	83	64	46	35	36	31	45	86	96
	222	176	155	240	103	73	47	31	30	65	75	157	115
	122	136	264	274	114	72	50	37	31	23	62	123	109
	52	89	169	187	106	61	45	25	17	25	45	53	73
	158	121	144	54	40	29	24	18	19	25	76	77	65
	75	128	92	83	52	30	20	20	13	10	40	128	42
	2018	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
				Muita chuva	Boa Afluência								
				Neutro	Afluência Normal								
				Pouca chuva	Baixa Afluência								
				Crítico	Baixíssima Afluência								

Dessa forma, uma vez registrada essa menor disponibilidade hídrica em 2017, foi gerado (despachado pelo Operador nacional do Sistema – ONS) em média 24,4 MW/mês nesse ano, cerca de 65% menor do que o requisito médio de geração local (68,8 MW médios mensais) anuais, o que ajuda a explicar parte das despesas com as liquidações financeiras do MRE não recorrentes, que em grande parcela pesaram negativamente no resultado da Companhia.



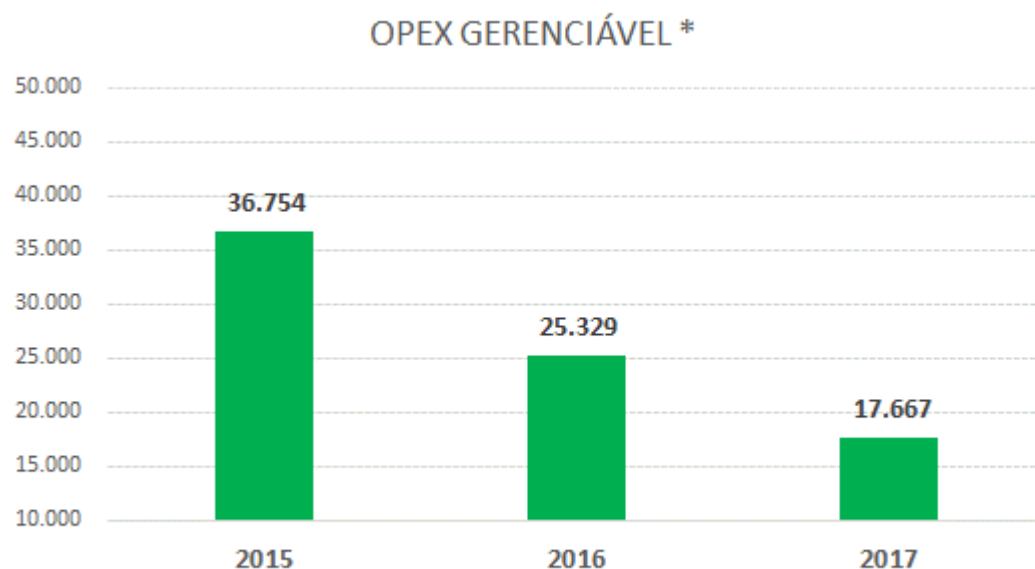
Não obstante as baixas afluições verificadas em 2017, uma vez que o despacho de geração também foi bastante reduzido, a cota do reservatório manteve, ao longo do ano, valores até mesmo acima do observado em anos anteriores, sem atingir a cota mínima (837 m) no período seco e, da mesma forma, sem atingir o seu valor máximo (842,60 m).



Apesar das elevadas despesas com compra de energia (para minimizar as liquidações do MRE, uma vez que essas compras foram realizadas com desconto médio de 10% do preço SPOT) e as despesas com as liquidações financeiras do MRE em 2017, registramos um resultado operacional (EBITDA) de cerca de R\$77.375 mil, a partir de uma receita líquida de venda de energia do PPA com a CEB-Distribuição de R\$ 162.876, gerando uma margem operacional de 47,5%, inferior ao orçado, porém ainda bastante relevante para o resultado econômico líquido, que, nesse ano somou R\$ 7.179 mil, com a consequente proposta de distribuição de dividendos de acordo com o previsto no Estatuto Social da Companhia.

De forma a cumprir as metas do Plano de Negócios 2017, alavancar os resultados econômicos já penalizados pela menor geração hídrica, demais condições de Mercado já comentada e pelos desembolsos de caixa para o serviço da dívida bancária, bem como cumprir as diretrizes do Conselho de Administração, a Companhia continuou focada em sua trajetória de redução de custos gerenciais, ainda mais firme. Vide gráfico que segue. Os custos gerenciais são aqueles que estão mais diretamente ligados a gestão da Companhia no dia-a-dia, excluindo-se provisões, baixas puramente contábeis e compra de energia que está fortemente ligada aos fatores de Mercado/Setoriais já comentados.

Contudo o serviço de caixa da dívida relacionada às debêntures em 2017 (R\$ 105.191 mil), esse ano incluído o início da amortização da série do Bradesco (CRUM 22), foi bastante penoso para o caixa da Companhia que apesar de ter gerado operacionalmente cerca de R\$ 84.674 mil, os mesmos foram insuficientes para a cobertura integral desse referido serviço financeiro. Dado esse descasamento de caixa, foi necessário à Companhia a obtenção de parte desses recursos através de celebração de mútuos com seus Acionistas garantidores no montante de R\$ 13.500 mil (incluído IOF) em dezembro de 2017, com carência de 18 meses e prazo de amortização de 24 meses. Esse montante é composto de parte remunerada a 128% do CDI e outra parte remunerada a IGPM +1% a.m. simples.



* EXCLUI PROVISÕES, COMPRA DE ENERGIA E BAIXA DO PIS/COFINS EM 2017

Fica evidente no gráfico de custeio gerencial (fora compra de energia que já foi comentada em tópico anterior) uma redução de cerca de 52% na rubricas de Pessoal, Material e Diversos, desde 2015, o que demonstra o esforço conjunto da Administração da Companhia rumo a excelência de custos, que, contudo, já em 2015, se situava em patamares (percentual da receita) semelhantes a outras empresas do setor, principalmente se levarmos em consideração a grande proporção do reservatório da Usina (172 Km²) em relação a energia ali produzida (75,2 MW). Essa dimensão do reservatório se reflete em maiores pressões de custos relacionados às cerca de 24 condicionantes ambientais (PBA's), que, contudo, estão sendo otimizadas em seus custos.

A partir desse contexto de retomada do lucro desde 2016, contando com a trajetória prevista das variáveis econômicas (SELIC, IGPM, IPCA) e de Mercado (GSF, PLD, ...) projetadas, vislumbra-se a continuidade da retomada de lucratividade da Companhia, que, com o recente ganho de garantia física, vai proporcionar, associado ao lucro, uma curva ascendente de disponibilidade de caixa. Todos esses elementos foram dispostos e aprovados no Plano de Negócios 2018-2020, gerando perspectivas positivas para os anos futuros.

Presente no Plano de Negócios 2018-2020, a Administração propôs como meta para o período o desfecho do “projeto” de aumento da potência local das Unidades geradoras, que, em primeira análise, tem o potencial de aumentar de 127 MW para cerca 129 MW, através da mudança do ponto de operação das turbinas dado o aumento da coluna d’água (da cota 842 m para a cota 842,60 m). Da mesma forma, como meta a se desenvolver nesse período, ressalta-se a ação judicial do pleito de reequilíbrio econômico-financeiro da Concessão, que iniciada em dezembro de 2017, tem como meta recuperar o valor do negócio que a Companhia perdeu em função de atrasos na entrada em operação comercial e demais sobre custos não previstos, que, de forma geral, já foram considerados pela ANEEL, como excludente de responsabilidade, como relatado a seguir.

No que concerne ao pleito impetrado na ANEEL, desde 2011, de Recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do Contrato de Concessão de Uso de Bem Público nº 93/2000-ANEEL, através da dispensa dos pagamentos relacionados ao Uso do Bem Público (UBP), como forma de ressarcimento, bem como o pleito de recomposição do prazo de Outorga solicitado na mesma oportunidade, baseado no reconhecimento da excludente de responsabilidade no atraso da obra, a ANEEL, emitiu Nota Técnica (nº 898/2016-SCG/ANEEL), em 13 de dezembro de 2016, recomendando para aprovação em Diretoria o seguinte:

(i) o reconhecimento do período de 479 dias, referente ao atraso na entrada da UHE Corumbá IV, como de excludente responsabilidade da Concessionária, (ii) o aditamento ao Contrato de Concessão nº 93/2000 a fim de postergar a o prazo de concessão da outorga da usina por igual período e (iii) o indeferimento o pedido de liberação da obrigação decorrente da Cláusula Sexta do Contrato de Concessão nº 93/2000, referente ao pagamento pelo UBP.

A recomendação positiva em relação ao item “i” e “ii” se baseou na publicação, em 18 de novembro de 2016, da Lei nº 13.360 que tratava da possibilidade de postergação do prazo de outorga em caso de reconhecida excludente responsabilidade do empreendedor por atraso na implantação de empreendimento de geração. Esse reconhecimento de excludência já havia sido vislumbrado por meio da Nota Técnica nº 330/2011-SCG/ANEEL, de 16 de setembro de 2011, ocasião na qual a SCG avaliou a ocorrência de caso fortuito ou de força maior que tivesse motivado o atraso na entrada em operação comercial do empreendimento, concluindo pela excludente de responsabilidade do empreendedor no que tangia a definição do órgão ambiental responsável pelo licenciamento ambiental da UHE Corumbá IV.

A Nota técnica nº 898/2016-SCG/ANEEL, acima referida, foi objeto de votação em Diretoria da ANEEL em 31 de janeiro de 2017 tendo sido acatada integralmente. Através do Despacho ANEEL número 283, todas as recomendações da SCG foram aprovadas, dilatando-se o prazo da Concessão da Companhia em 438 dias, como previsto no voto do relator, deslocando o final do mesmo para 24 de maio de 2037. A decisão retrocitada foi publicada no Diário Oficial da União em 02 de fevereiro de 2017, reforçando e consubstanciando a tese de excludência de responsabilidade no atraso da entrada em operação comercial.

No que concerne ao indeferimento do pedido de liberação da obrigação decorrente da Cláusula Sexta do Contrato de Concessão nº 93/2000, referente ao pagamento pelo UBP, a Companhia, com auxílio do seu corpo técnico e advogados externos, montou processo completo de provas e argumentos, evidenciando todos os sobre custos associados ao atraso da obra (excludente de responsabilidade) e imputações extras de órgãos ambientais, e deu entrada em petição judicial, na 1ª Vara Cível Federal, de “ação pelo rito comum”, com vistas ao reequilíbrio econômico-financeiro da Concessão, agora solicitando, além do não pagamento da UBP mas também, adicionar 4.117 dias ao prazo da Concessão bem como indenização para fazer face aos demais valores de sobre custo. Essa ação será um dos eixos de atuação em 2018.

No tocante ao cenário macroeconômico nacional, observamos em 2017 uma redução regular da taxa básica de juros da economia (SELIC meta), desde 13,75% em início de 2017 até atingir 7% ao ano em dezembro de 2017. Essa redução da taxa de juros de referência foi oportunizada pela redução drástica das taxas de inflação, bem como pela necessidade de dinamizar a economia nacional, recuperando a mesma de um longo período de recessão. A taxa SELIC menor reflete em uma taxa CDI mais reduzida e torna o endividamento da Companhia menos oneroso, voltando aos patamares previstos na montagem da operação de alavancagem em 2014, uma vez que suas debêntures são atreladas ao CDI (128% do CDI). Contudo tal redução dos juros foi gradual ao longo do ano, de forma que em 2017 o serviço da dívida ainda foi maior do que o previsto na montagem da operação de 2014, demandando recursos de caixa em valores elevados para o cumprimento de tais compromissos. Para o Plano de Negócios 2018-2020 as taxas de juros de referência já foram consideradas nesses patamares reduzidos.

No que diz respeito ao Plano de Negócios 2018-2020, o mesmo foi aprovado na 8ª Reunião Extraordinária do Conselho de Administração, em 21 de dezembro de 2017. Bastante influenciado pelo recente aumento da Garantia Física em 2,6 MW médios e ainda, pelo pressuposto de melhores condições de Mercado/hidrológicas, observa-se o início de uma trajetória de lucratividade consistente, situando as margens líquidas (lucro líquido sobre vendas) em patamares superiores a 27% / 30% nesses anos.

No tocante à disponibilidade de geração registra-se em 2017 a continuidade de uma Taxa Média de Disponibilidade da Usina bastante elevada, estimada em torno 99,1%, sendo um dos maiores valores desde a entrada em operação comercial, e segundo o ONS, o melhor indicador de disponibilidade do Brasil. Essa disponibilidade elevada é reflexo do compromisso com a qualidade e regularidade do fornecimento de energia, reflexo de um trabalho de manutenção e operação eficientes e, em menor escala, explicado pela menor geração (cerca de 35% da garantia física) observada ao longo desse ano. Registramos que os trabalhos de manutenção realizados nos últimos dois anos foram executados por equipe própria, através de reparos menores preventivos em sua maior parte, evitando-se contratos mais onerosos com os fornecedores dos equipamentos.

Histórico dos Índices de DISP e INDISP												
Índices/Ano	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017*
Disp.	-x-	-x-	92,2	97,94	95,16	93,37	93,98	96,32	95,33	97,15	99,86	99,10
Indisp.MF	-x-	-x-	0,44	0,25	0,03	0,75	5,75	0,14	0,09	0,10	0,02	0,01
Indisp.MP	-x-	-x-	7,37	1,81	4,82	5,88	0,27	3,55	4,59	2,73	0,12	0,87
Índices não apurados pelo ONS.			Legenda * - Janeiro à Setembro. DISP: Disponibilidade de Unidades Geradoras e Linhas de Transmissão. INDISP. MP: Indisponibilidade por Manutenção Programada de Unidades Geradoras e Linhas de Transmissão. INDISP. MF: Indisponibilidade por Manutenção Forçada de Unidades Geradoras e Linhas de Transmissão.									

Demais parâmetros operacionais na Usina e da Linha de Transmissão se situaram dentro dos padrões esperados, sem manutenções corretivas relevantes no ano de 2017. O monitoramento de estabilidade da barragem continua apontando a mesma dentro dos padrões de segurança esperados, sem apontamentos relevantes, sendo inclusive utilizada pelas seguradoras como referência de estabilidade, reduzindo o prêmio pago nos seguros de risco operacional.

A Companhia continua cumprindo com seus projetos de P&D de acordo com os patamares de valor e qualidade esperados. Em 2017 ressaltamos a aprovação pela Revista Shock & Vibration (editora Hindawi), do artigo “Bearing Diagnostics of Hydro Power Plants Using Wavelet Packet Transform and a Hidden Markov Model with Orbit Curves”, resultado do projeto de “P&D PD-2262-1601/2016 Previsão do Processo de Degradação dos Conjuntos Turbo Geradores das UHEs com Base em Diagramas de Estado: Análise das Contingências e Oscilações de Cargas na Região Geoeletrica” ainda em execução pela FUNDEB e Farol. Esse projeto irá, na prática, nos auxiliar na discussão com o ONS sobre os efeitos nocivos das paradas e partidas frequentes das Unidades Geradoras, evitando a degradação das mesmas associadas a essas intermitências.

A Companhia, em linha com as melhores práticas de recursos humanos e ciente de que o seu valor é potencializado através dos seus colaboradores, deu continuidade ao desenvolvimento e valorização da sua equipe, seja investindo em treinamento (cerca de 1.420 horas em 2017 e 1.300 horas em 2016), seja compartilhando resultados ou mesmo enfatizando o aperfeiçoamento dos seus processos de Administração de Pessoas.

Ressalta-se em 2017 a atualização e mapeamento/registro dos principais processos de trabalho da Companhia, documentando-os em formato de workflow, de forma a reforçar a padronização de atuação nas principais atividades que a Companhia atua, através dos seus colaboradores.

Em consonância com estes valores, promoveu ainda o Programa de Educação Ambiental para o Trabalhador (224 horas de capacitação ao todo), capaz de fomentar o pensamento sustentável e ambientalmente correto dentro da Companhia.

Em atenção à saúde do trabalhador, além dos benefícios tradicionais oferecidos pela empresa, a mesma realizou duas campanhas de vacinação que imunizaram 100% dos trabalhadores contra a Gripe e todos que se encontram lotados em região endêmica contra a Febre Amarela.

A Administração, por fim, acredita que com a continuidade da trajetória de eficiência nos gastos, a projeção de estabilização das variáveis de Mercado/hidrologia e, principalmente, focando no trabalho dedicado de condução da Companhia ao longo dos desafios regulatórios e jurídicos que se avizinham, a mesma manterá a retomada da sua trajetória de lucratividade iniciada em 2016, replicada em 2017 e projetada em valores bastante superiores para os anos seguintes.

Sempre atentos às oportunidades comerciais para minimizar possíveis efeitos negativos de uma nova baixa disponibilidade hídrica, da mesma forma, a Companhia através de suas diversas instâncias de governança corporativa continuará a zelar pela excelência técnica bem como a manutenção das melhores práticas.

O atendimento aos Programas Ambientais preconizados em sua Licença de Operação (LO), da mesma forma, seguirão sendo cumpridos, com estrito senso de manutenção do bom relacionamento e eficiência da Companhia com a Sociedade, o meio ambiente e os órgãos de fiscalização.

Testes de “impairment”:

Como veremos também nas notas das demonstrações financeiras que seguem, em linha com o previsto na CPC 01, a Administração, mesmo julgando desnecessária a reavaliação de seus ativos não financeiros, procedeu com a análise do valor presente da projeção dos fluxos de caixa gerados pela Companhia, chegando a valores até mesmo superiores àqueles contabilizados no seu imobilizado.

Seguindo-se ainda a CPC 01 no seu item 10 (que lista os principais indicadores de “impairment”) a Administração ressalta no caso prático:

A - Principais Indicadores Externos de “impairment”:

- (i) O valor de mercado de um ativo diminuiu sensivelmente: Não se aplica;
- (ii) Mudanças significativas com efeito adverso sobre a Concessionária ocorreram no ambiente tecnológico, de mercado, econômico, legal no qual a Concessionária opera ou no mercado para o qual é utilizado o ativo: De forma conservadora, como já explicitado, mesmo a MP 579 e a lei 12.783/2013 não alcançar a Companhia, o valor em uso (avaliados pela sua geração futura de caixa) dos seus ativos está corretamente contabilizada.
- (iii) As taxas de juros de mercado ou outras taxas de mercado de retorno sobre investimentos aumentaram durante o período: A Administração entende que o que aumentou no mercado foi a percepção de risco em alguns setores, o que não se aplica no setor de energia elétrica;

- (iv) O valor contábil do patrimônio líquido da Concessionária é maior do que o valor de suas ações no mercado: Não se aplica.

B - Principais Indicadores Internos de “impairment”:

- (i) Evidência de obsolescência ou dano físico de um ativo: Não se aplica;
- (ii) Mudanças significativas, com efeito adverso sobre a Concessionária, ocorreram durante o período, ou devem ocorrer em futuro próximo, na medida ou maneira em que um ativo é ou será utilizado: Não se aplica;
- (iii) Evidência, proveniente de relatório interno, que indique que o desempenho econômico de um ativo é ou será pior que o esperado: Não existe evidência.

A Concessionária continua investindo nas melhores práticas de governança corporativa, na mitigação e controle de riscos operacionais, trabalhistas, ambientais e financeiros. Os seguintes institutos são perenes na Concessionária:

- . Comitê de Riscos (trimestral): Fórum de discussão, análise e decisão acerca das estratégias frente às contingências cíveis e/ou trabalhistas;
- . Processo de Compras e Contratação: Implantado e em funcionamento “workflow” informatizado de compras e aquisições e relacionamento com Fornecedores, visando a transparência, redução de custos e imparcialidade no relacionamento com os Fornecedores. Inclui Banco de dados de contratos para maior gestão e rapidez na tomada de decisões.
- . Divulgação via Intranet para os acionistas, empregados e Fornecedores dos documentos pertinentes a cada parceiro da Concessionária, incluindo normas, documentos societários, demonstrações financeiras, entre outros.
- . Mapeamento anual na Usina, com vistas aos seguros operacional e cível, dos diversos riscos físicos envolvidos nas operações rotineiras associados a cada estrutura ou equipamento, principalmente as grandes estruturas.
- . Grupo ambiental: Reuniões mensais para análise, discussão e desenho de estratégias de atuação na área socioambiental. Incluindo ainda a coordenação dos projetos de DRS (Desenvolvimento Regional Sustentável).
- . Comitê de Comercialização: Proposta formatação deste Comitê em 2017, a ser implementado em 2018, visando a discussão e recomendação das melhores práticas comerciais para deliberação no Conselho de Administração.

À título de nota, é importante frisar ainda que no ano de 2017, a Concessionária, através de seus advogados bem como com o acompanhamento do Comitê de Riscos, fez gestão dos riscos jurídicos contingentes, subsidiando com informações os eventuais ajustes nas provisões para esses riscos de acordo com a NPC 22.

Meio Ambiente

Visando atender as condicionantes estabelecidas na Licença de Operação (LO) nº 514/2005 – 1ª Renovação – 1ª Retificação, concedida pelo Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), a Companhia desenvolve ações de caráter social e ambiental, buscando a sustentabilidade econômica para o reservatório e seu entorno. As ações desenvolvidas nos Programas Ambientais, são implementadas por equipe multidisciplinar e por empresas especializadas, sob a orientação e coordenação do Diretor Presidente. Para mitigar e controlar os impactos causados pelo reservatório da Usina, tais ações estão agrupadas em Programas dos Meios Socioeconômico, Físico e Biótico e foram desenvolvidas ao longo de 2017, conforme quadro abaixo:

PROGRAMAS DO MEIO SOCIOECONÔMICO

ALTERNATIVA PRODUTIVA

O **Projeto Água Viva** visa capacitar os produtores rurais a construir barraginhas (bacias escavadas com função de coletar água da chuva e abastecer o lençol freático), construir fossas ecológicas e a recuperar nascentes para a produção de água nas propriedades.

Entre 2015 e 2017, o Projeto Água Viva implantou um total de 113 barraginhas, recuperou 15 nascentes com o plantio de 1.800 mudas de espécies do Cerrado e construiu 32 fossas sépticas. No total, cerca de 955 pessoas foram diretamente envolvidas no projeto nos sete municípios do entorno do reservatório de Corumbá IV. Cada

barraginha mede 100 m² por 3 m de profundidade e tem capacidade para coletar cerca de 100 m³ de água por chuva. Considerando 6 meses de chuva anuais, pode-se dizer que as 113 barraginhas construídas nos municípios de influência da usina são capazes de coletar cerca de 2.034.000 m³ de água por ano para abastecer o lençol freático da região, aumentando a água e consequentemente a produção econômica nas propriedades.

Em 2018 os resultados do Projeto Água Viva serão apresentados em estande da Corumbá Concessões no Fórum Mundial da Água em Brasília, com perspectivas de ser premiado pela importância socioambiental que representa.

Projeto Água Viva



59 barraginhas
construídas



12 nascentes
recuperadas com o
plantio total de
1200 mudas de
espécies do
Cerrado



16 fossas
biodigestoras
instaladas



COMUNICAÇÃO SOCIAL

O Programa de Comunicação Social é responsável por promover a aproximação e a integração entre a companhia e as populações do entorno da UHE Corumbá IV, sejam elas comunidades rurais ribeirinhas ou novos moradores e frequentadores da região. Para atingir este objetivo, a Comunicação Social promove visitas às comunidades rurais, faz reuniões com lideranças, entrevista constantemente o público alvo, realiza cobertura de ações socioambientais da empresa e produz material informativo sobre educação, meio ambiente, saúde, turismo consciente, dentre outros assuntos. As matérias são publicadas no Informativo UHE Corumbá IV, no site da empresa e encaminhadas para a mídia do entorno com o intuito de informar sobre as ações desenvolvidas, alcançando o maior número de pessoas.

Em 2017, a Comunicação Social produziu uma edição do Informativo UHE Corumbá IV, com distribuição de 5 mil exemplares no entorno do reservatório, número que alcança diversos leitores (familiares, associações, cooperativas, escolas etc). Foram 32 coberturas de ações socioambientais da empresa que resultaram em 46 textos replicados 91 vezes pelas mídias do entorno do reservatório, de Goiás e do DF, tais como: Rádio Rio Vermelho (Silvânia); site Sad News (Sto. Antônio do Descoberto); Rádio Serra (Corumbá de Goiás); Correio Braziliense, TV Brasília e TV Globo DFTV (Brasília).

ENERGIA COM RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

Foram realizadas doações e patrocínios para a promoção da cultura local, meio ambiente, educação, saúde nos municípios do entorno do reservatório da UHE Corumbá IV:



Doações

- Campanha de Saúde de Luziânia.- 200 camisetas
- Programa Educacional de Resistência às Drogas (PROERD) da escola Bernardo Elis em Corumbá de Goiás - 2 bicicletas para sorteio para alunos participantes
- 12ª Cavalgada Ecológica, festa tradicional de Silvânia - 250 Camisetas para os cavaleiros
- Natal da Escola Municipal Carlos Alberto Brandão Ferreira - Luziânia 435 brinquedos
- Festa de Natal de crianças em abrigo mantido pela Comarca de Luziânia - 30 brinquedos

Patrocínios

- Cavalhadas - festa tradicional que acontece em Corumbá de Goiás.
- Rei da Montanha - competição de ciclismo na Avenida Lucena Roriz que dá acesso à UHE Corumbá IV.
- Programa Agrinho - dos sete municípios do entorno da usina, Silvânia e Alexânia tiveram escolas premiadas este ano. Os estudantes vencedores foram presenteados com smartphones e tablets.
- Coral Vozes de Corumbá Concerto Vozes Sertanejas e Cantata de Natal,
- Banda Musical Corporação 13 de maio Corumbá de Goiás - reforma de instrumentos.



EDUCAÇÃO AMBIENTAL

O Programa de Educação Ambiental (PEA) beneficiou diretamente 4.206 pessoas em 2017. Foram diversas as linhas de ação que promoveram a capacitação, a aprendizagem e a reflexão para a mudança de atitudes em relação ao meio ambiente, conforme demonstrado no gráfico abaixo.





A Agenda 21 escolar promoveu palestras para professores e contação de histórias para alunos nas escolas participantes com o uso da cartilha do PEA sobre o Cerrado.



As Abordagens Via Lago e as Paradas Ecológicas conscientizaram turistas e moradores a respeito de descarte adequado do lixo, preservação da APP do reservatório e respeito a cultura local.



O curso de revegetação e qualidade da água foi promovido em duas comunidades rurais de Luziânia e em Corumbá de Goiás.



O curso Artesanato Bordados de Flores e Tecidos foi uma demanda de comunidade rural de Santo Antônio do Descoberto, enquanto que o curso de Produção de Maracujá foi realizado em Luziânia.

As ações educativas englobaram as mobilizações de divulgação dos cursos nas comunidades rurais, reuniões e oficinas de resoluções de conflitos, como a questão dos resíduos sólidos em Luziânia.

PACUERA

O Plano Ambiental de Conservação e Uso do Entorno de Reservatórios Artificiais (Pacuera) é um documento que visa orientar moradores e frequentadores do entorno da UHE Corumbá IV quanto à ocupação e uso do solo de forma a não prejudicar o Cerrado, a qualidade da água e o solo. A Companhia utiliza o Pacuera para orientar os municípios e moradores do entorno do reservatório divulgando por meio dos Programas de Comunicação Social e Educação Ambiental e do site institucional, dando ênfase ao uso responsável do lago e da APP.

Dentro do contexto do PACUERA, é também realizada uma divulgação das regras para regularização de acessos na APP, que este ano passaram a exigir dos condomínios comprovação de regularização e licenciamento ambiental junto ao município e nada consta de infrações ambientais junto ao Ibama. Solicita-se também como contrapartida da regularização do acesso, o isolamento e recuperação de áreas degradadas pelo condomínio, procedimentos para destinação adequada dos resíduos sólidos e o tratamento correto de dejetos para que não venham a poluir a APP e o lago.

FISCALIZAÇÃO

Em 2017 buscou-se aperfeiçoar o sistema de coleta de dados por geoprocessamento, para monitorar e encaminhar ao Ibama-DF (órgão fiscalizador) as irregularidades na Área de Preservação Permanente (APP) do reservatório da UHE Corumbá IV.

Para isso, foi implementado o uso de *tablets* para coleta dos dados em campo por parte dos fiscais de bacia, o envio imediato dos dados através do *arcGIS online* e a consolidação das informações em banco de dados pelo Departamento de Meio Ambiente para posterior encaminhamento de relatórios ao Ibama. São coletadas informações como: estradas irregulares de acesso ao reservatório, construção de casas, desmatamento,

construção de cerca, dentre outros. A Companhia, juntamente com os municípios de abrangência da usina, passou a fazer parte da força tarefa liderada pelo Ibama para desenvolver ações de preservação do reservatório com o objetivo de controlar e punir os responsáveis por degradações ao meio ambiente do entorno do reservatório de Corumbá IV.

SEGURANÇA E ALERTA

Os funcionários da Usina receberam os seguintes treinamentos em 2017:

TRABALHO EM ALTURA 8h	BRIGADA DE INCÊNDIO 8h	NR5 (CIPA) 20h	NR-10 16h	PONTO ROLANTE 8h	ESPAÇO CONFINADO 16h
-----------------------------	------------------------------	-------------------	--------------	------------------------	----------------------------

PROGRAMAS DOS MEIOS FÍSICO E BIÓTICO

LENÇOL FREÁTICO

A rede de monitoramento é composta por 07 piezômetros instalados no entorno do reservatório. Conforme esperado, o nível estático do lençol freático na área de influência do reservatório da UHE Corumbá IV aumentou com o enchimento do reservatório e apresenta tendência à estabilização de seu nível.

QUALIDADE DA ÁGUA

O monitoramento da qualidade da água do reservatório e de seus tributários é realizado trimestralmente na rede amostral composta por 22 pontos de coleta. De uma maneira geral, a qualidade da água do reservatório se enquadra nas classes 2 e 3 da Resolução Conama 357/05, que são classes estipuladas para o tipo de uso do reservatório. Entretanto, alguns tributários, como Descoberto e Antas, não se enquadraram nessas classificações, devido ao despejo de esgoto das estações de tratamentos localizadas a montante dos referidos rios.



8 pontos no reservatório da UHE Corumbá IV

13 pontos nos rios tributários e 1 à jusante do barramento

1 ponto no lançamento de esgoto da ETE Sto Antônio do Descoberto-GO

PROCESSOS EROSIVOS DAS ENCOSTAS MARGINAIS

As encostas marginais do reservatório são vistoriadas diariamente para acompanhamento dos 65 pontos de monitoramento nas encostas marginais do reservatório. Dentes, 47 encontram-se recuperados, 15 estão controlados, e 03 focos estão ativos com baixa vulnerabilidade.

MONITORAMENTO CLIMATOLÓGICO

Sem registros de alteração no microclima da região de influência da UHE Corumbá IV.

MONITORAMENTO SISMOLÓGICO

Sem registros de abalo sísmicos na área de influência do reservatório da UHE Corumbá IV.

HIDROSSEDIMENTOLOGIA

Para acompanhamento do aporte de sedimentos ao reservatório, as medições são realizadas trimestralmente, em 6 estações hidrométricas instaladas nos principais tributários, à montante do reservatório. Em atendimento à Resolução Conjunta nº 03 ANA-ANEEL (2010), o monitoramento é realizado, diariamente, através dos dados coletados por sensores automáticos e enviados por satélite para uma central terceirizada.



MACRÓFITAS ÁQUATICAS



Trimestralmente é realizado o monitoramento de macrófitas no braço dos rios Antas e Descoberto para o acompanhamento e controle destas plantas aquáticas. Em 2017 foram retiradas, por meio do barco *Series Harvesters*, comprado especificamente para remoção de plantas aquáticas, cerca de 10.780 m³ de macrófitas do espelho d'água. Destes, cerca de 10% foram transformados em adubo orgânico ensacado em sacos de 40 a 60 kg destinados a doações.



Corumbá Concessões S.A.
Demonstrações financeiras e relatório da
administração
Dezembro de 2017

Corumbá Concessões S.A.



Balanço patrimonial em 31 de dezembro Em milhares de reais

Ativo	2017	2016	Passivo e patrimônio líquido	2017	2016
Circulante			Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 3)	259	2.690	Fornecedores (Nota 10)	3.435	4.615
Contas a receber (Nota 4)	19.208	19.417	Debêntures (Nota 11)	360.294	414.663
Adiantamentos	216	125	Empréstimos e financiamentos (Nota 12)	1.619	740
Tributos a recuperar (Nota 5)	1.671	11.333	Pesquisa e desenvolvimento – P&D (Nota 13)	2.848	1.792
Despesas antecipadas (Nota 6)	1.009	1.019	Obrigações trabalhistas e sociais	546	515
Outros ativos (Nota 7)	3.913	1.424	Obrigações tributárias (Nota 5 (c))	2.224	1.064
	<u>26.276</u>	<u>36.008</u>	Compromisso com outorga – Uso do bem público (Nota 14)	1.555	1.461
			Dividendos propostos (Nota 17 (c))	682	453
			Outros passivos	265	611
				<u>373.468</u>	<u>425.914</u>
Não circulante			Não circulante		
Realizável a longo prazo			Fornecedores (Nota 10)	131	131
Tributos diferidos (Nota 5)	54.473	55.481	Empréstimos e financiamentos (Nota 12)	22.646	8.446
Tributos a recuperar (Nota 5)	979	979	Provisão para causas judiciais (Nota 15)	48.479	47.473
Despesas antecipadas (Nota 6)	7.477	8.303	Compromisso com outorga – Uso do bem público (Nota 14)	26.696	26.546
Cauções e depósitos vinculados (Nota 11)	12.071	17.023	Pesquisa e desenvolvimento – P&D (Nota 13)	48	557
	<u>75.000</u>	<u>81.786</u>	Obrigações tributárias (Nota 5 (c))	2.280	2.565
			Adiantamento para futuro aumento de capital (Nota 16)	41.427	41.427
				<u>141.707</u>	<u>127.145</u>
Imobilizado (Nota 8)	571.249	585.721	Patrimônio líquido (Nota 17)		
Intangível (Nota 9)	6.921	7.318	Capital social	171.517	171.517
	<u>653.170</u>	<u>674.825</u>	Ajuste de avaliação patrimonial	(16.292)	(16.292)
			Reservas de lucro	9.046	2.549
				<u>164.271</u>	<u>157.774</u>
Total do ativo	679.446	710.833	Total do passivo e do patrimônio líquido	679.446	710.833

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Corumbá Concessões S.A.



Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	2017	2016
Operações continuadas		
Receita líquida (Nota 19)	184.304	170.327
Custo dos serviços de energia elétrica (Nota 20)	(114.392)	(79.065)
Lucro bruto	69.912	91.262
Resultado operacional		
Despesas administrativas (Nota 21 (a))	(6.802)	(6.282)
Outras despesas administrativas		
Constituição provisão (Nota 21 (b))	(1.006)	(2.870)
Lucro operacional antes do resultado financeiro	62.104	82.110
Receita Financeira (Nota 22)	2.868	3.974
Despesa Financeira (Nota 22)	(53.726)	(79.726)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	11.246	6.358
Imposto de renda e contribuição social – corrente (Nota 5 (b))	(3.059)	(243)
Imposto de renda e contribuição social – diferido (Nota 5 (b))	(1.008)	(1.350)
Lucro Líquido do exercício	7.179	4.765
Quantidade de ações ao final do exercício – Em milhares	566.248	566.248
Lucro Líquido do exercício por lote de mil ações – Em reais	12,68	8,41

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Corumbá Concessões S.A.
Demonstração das mutações do patrimônio líquido
 Em milhares de reais

	Capital social	Ajuste de avaliação patrimonial (Nota 13 (d))	Reservas de lucros		Lucro/Prejuízo acumulados	Total
			Legal	Retenção de lucros		
Em 31 de dezembro de 2015	235.259	(16.292)			(65.505)	153.462
Absorção do prejuízo (Nota 17 (e))	(63.742)				63.742	
Lucro do exercício					4.765	4.765
Constituição de Reservas			238	2.311	(2.549)	
Dividendos propostos					(453)	(453)
Em 31 de dezembro de 2016	171.517	(16.292)	238	2.311		157.774
Lucro do exercício					7.179	7.179
Constituição de Reservas			359	6.138	(6.497)	
Dividendos propostos					(682)	(682)
Em 31 de dezembro de 2017	171.517	(16.292)	597	8.449		164.271

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Corumbá Concessões S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro Em milhares de reais

	2017	2016
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	11.246	6.358
Ajustes		
Depreciação e amortização	15.278	15.288
Constituição de provisões	1.006	2.870
Juros, variações monetárias sobre empréstimos	50.858	75.753
Variações nos ativos e passivos		
Contas a receber	209	(7.018)
Fornecedores	1.180	(3.306)
Tributos a recuperar (Nota 5 (a))	9.662	(1.810)
Despesas antecipadas	836	(1.310)
Outros ativos e passivos	(883)	(397)
Caixa proveniente das operações		
Imposto de renda e contribuição social pagos	(1.276)	(39)
Juros pagos	(50.926)	(73.418)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	37.190	12.971
Fluxos de caixa das atividades investimentos		
Aquisições de bens do ativo imobilizado (*)		
Outros	(540)	(3.565)
Caixa líquido aplicado nas atividades investimentos	(540)	(3.565)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Amortização de financiamentos	(54.147)	(34.501)
Captação de recursos (Nota 12)	14.613	8.308
Dividendos pagos	453	
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	(39.081)	(26.193)
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	(2.431)	(16.787)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	2.690	19.477
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	259	2.690

(*) Os valores apresentados referem-se ao efetivo desembolso de caixa/equivalentes de caixa conforme exemplo da página 24 do CPC 03.

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Corumbá Concessões S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1 Informações gerais

A Corumbá Concessões S.A. (“Companhia”) foi constituída em 6 de setembro de 2000 e tem por objeto social a atividade de exploração do Aproveitamento Hidrelétrico Corumbá IV, através de um empreendimento de construção e exploração de geração de energia elétrica da USINA CORUMBÁ IV, situado no rio Corumbá, no Município de Luziânia, Estado de Goiás, para a produção de energia elétrica e demais obras complementares.

O Contrato de Concessão nº 93/2000, firmado com a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL em 8 de dezembro de 2000, garante à Companhia o direito de exploração do potencial de energia elétrica da Central Geradora Corumbá IV, com potência instalada de 127 MW. O Contrato de Concessão prevê que a energia elétrica produzida pela Central Geradora Corumbá IV pode ser comercializada ou utilizada pela Companhia. A Concessão tem prazo original de 35 anos, podendo ser prorrogada ao final, tendo sido estendido em 533 dias pela repactuação do risco hidrológico (95 dias) e pelo Despacho nº 283/2017, publicado no DOU em 02/02/2017, onde foi deferido o pedido de recomposição do prazo da outorga com extensão por 438 dias, mediante aditamento ao Contrato de Concessão nº 93/2000-ANEEL.

A Companhia obteve a Licença de Operação – LO em 22 de dezembro de 2005 do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis – IBAMA. A geração comercial da 2ª unidade iniciou-se em 01 de abril de 2006 e da 1ª unidade no dia 8 de abril de 2006. Na data de 18 de abril de 2012 o IBAMA divulgou o documento, renovando a Licença de Operação nº 514/2005 – 1ª Renovação, com validade de 18/04/2012 a 26/03/2020. Após novos estudos de viabilidade técnica, na data de 26 de março de 2014, foi emitida a 1ª Retificação da Licença de Operação nº 514/2005 – 1ª Renovação, autorizando o alteamento da cota de operação máxima normal para 842,60m. Com o aumento da cota máxima operacional da barragem em + 0,60 m (842,6 m total), a garantia física da Companhia passou de 76 MW médios para 78,6 MW obtidos (0,6 MW relativos ao ganho local e 2,0 MW relativos aos ganhos de energia na cascata (benefício indireto) ao fim de 2017. A partir de janeiro de 2018, a garantia física total será reduzida para 75,2 MW médios dado revisão ordinária realizada pelo Ministério de Minas e Energia – MME (Portaria nº 387, de 19 de dezembro de 2017, da Secretária de Planejamento e Desenvolvimento Energético do Ministério de Minas e Energia, publicada no D.O.U. de 20 de dezembro de 2017).

A Companhia atua focada nas metas e ações correspondentes, definidas pelo Conselho de Administração, através dos planos de negócios aprovados, administrando seus recursos de forma otimizada, procurando progressivamente adequar sua estrutura patrimonial e prazos, rentabilizando o empreendimento. Dentre as principais ações tomadas e previstas pela administração buscando esses objetivos, destacam-se:

- . Redução do custeio a níveis de excelência;
- . Otimizar os resultados da operação comercial, inclusive atuando sobre ações anteriores no intuito de buscar melhorias operacionais;
- . Buscar parcerias com órgãos regulatórios de forma a vislumbrar alternativas de efficientização energética;
- . Firmar parcerias junto às comunidades vizinhas e órgãos de fiscalização de forma a manter o lago e seu entorno preservado ambientalmente;
- . Rebalancear o capital de giro líquido, reduzindo o passivo circulante progressivamente e os custos de financiamentos, adequando à capacidade de geração de caixa operacional;
- . Investir em processos de governança corporativa (código de ética, manual do fornecedor, processo de compras e contratos, Intranet Corporativa, etc.); e
- . Buscar aumentos de receitas na geração de energia elétrica, via aumento de energia assegurada e aumento do prazo de concessão.

Corumbá Concessões S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A Companhia obteve sucesso nas tratativas para reprogramação das amortizações de principal das debêntures em 2016 da 2ª série das debentures em 18 meses, mantendo-se, contudo, a data final da operação.

Não obstante a classificação temporária do saldo de debentures do não circulante para o circulante em 2017 (nota 11), a exemplo do ocorrido em dezembro de 2016, a Companhia já iniciou tratativas comerciais com os debenturistas para obtenção de “*waiver*” desse ponto e os mesmos manifestaram positivamente, já tendo inclusive, iniciado os tramites internos com vistas a flexibilização desses “*covenants*” e ao mesmo tempo anuência para o não cumprimento em 2017.

A Companhia na condição de associada da Associação Brasileira dos Produtores Independentes de Energia Elétrica – APINE, foi beneficiada em julho/2015 pela liminar proferida nos autos do processo nº. 34944-23.2015.4.01.3400, em trâmite na 20ª Vara Federal, que teve por objeto o fim da cobrança das Liquidações Financeiras associadas ao aumento do GSF (“Generating Scaling Factor”). Com a alternativa de repactuação do risco hidrológico (“seguro” contra GSF) oportunizada pela Lei 13.203/2015, bem como as normatizações estabelecidas pela ANEEL, a Companhia após estudos técnicos, e as devidas aprovações nas esferas competentes, optou por assinar a repactuação hidrológica com o produto SP90 (consolidada no despacho ANEEL nº 215 de janeiro de 2016), que, em linhas gerais, limita o risco hidrológico (GSF) futuro a um montante máximo de perda de 10% da sua energia assegurada, isenta a Companhia do pagamento do prêmio desse seguro até 07 de dezembro de 2035 e, ainda, estende a Concessão em 95 dias, passando a mesma para 12 de março de 2036. Com a opção de repactuação, a Companhia desiste da liminar judicial que a protegia do GSF (Nota 6).

Com as metas de redução de custos alcançadas em 2016 e 2017, apesar do aumento dos gastos com compra de energia explicado por perturbações de Mercado e baixa hidrologia, a Companhia registra novamente lucro. O Capital Circulante Líquido (CCL) negativo, no montante de R\$ 347.192, se explica pela reclassificação das debentures do não circulante para o circulante, fato este que já está sendo objeto de renegociação com os debenturistas (Notas 11 e 23).

2 Resumo das principais políticas contábeis

2.1 Base da preparação

As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas em 28 de fevereiro de 2018.

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, e normas aplicáveis às empresas concessionárias do serviço público de energia elétrica, estabelecidas pelo Poder Concedente, Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, e evidencia todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que, no caso de ativos e passivos financeiros é ajustado para refletir a mensuração ao valor justo.

Na elaboração das demonstrações financeiras é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações financeiras da Companhia incluem, portanto, estimativas referentes à seleção das vidas úteis do ativo imobilizado, provisões necessárias para causas judiciais, determinações de provisões para imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, provisões para cobrança das Liquidações Financeiras associadas ao recente aumento do GSF (“Generating

Corumbá Concessões S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Scaling Factor”), avaliação de impairment dos ativos fixos e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas (Nota 2.17).

Não ocorreram movimentações em “Outros resultados abrangentes”, dessa forma não foi requerida a divulgação da Demonstração de Resultado Abrangente para a Companhia.

2.2 Caixa e equivalentes de caixa

Incluem os saldos em caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses ou menos, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

2.3 Ativos circulante e não circulante

Os direitos são demonstrados pelos valores de realização, incluídos os rendimentos e as variações monetárias incorridos e deduzidos das correspondentes rendas a apropriar, quando aplicáveis.

2.4 Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência.

2.5 Ativos financeiros

Classificação

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: empréstimos e recebíveis e em ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos, no reconhecimento inicial, determinado pela administração.

Empréstimos e recebíveis

Incluem-se nessa categoria os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São incluídos no ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data-base do balanço (estes são classificados no ativo não circulante). Os recebíveis da Companhia compreendem contas a receber de clientes, demais contas a receber e caixa e equivalentes de caixa, exceto os investimentos de curto prazo. Os recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação ativa e frequente. Os ativos dessa categoria são classificados no ativo circulante. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado em “Resultado financeiro” no período em que ocorrem. Estão incluídas nessa categoria as aplicações financeiras classificadas em Caixa e equivalentes de caixa.

Corumbá Concessões S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Mensuração

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros, mensurados ao valor justo através do resultado, são apresentados na demonstração do resultado no período em que ocorrem.

A Companhia avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de perda (*impairment*) em um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros.

2.6 Contas a receber

As contas a receber de clientes são avaliadas no momento inicial, pelo valor presente e deduzidas, quando for o caso, da provisão para créditos de liquidação duvidosa. A provisão para crédito de liquidação duvidosa é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que os clientes não serão capazes de liquidar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber. O valor da provisão é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável. Não há evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de receber todos os valores de acordo com os prazos originais das contas a receber.

2.7 Redução ao valor recuperável de ativos

O imobilizado e outros ativos não monetários são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável será calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados em uma única unidade geradora de caixa. Não foram identificadas evidências de perdas não recuperáveis nesses ativos.

2.8 Intangível

As relações contratuais e o Direito de Uso do Bem Público - UBP, são reconhecidas pelo valor justo, têm vida útil finita e são contabilizadas pelo seu valor de custo menos a amortização acumulada. A amortização é calculada usando o método linear durante o período de concessão.

2.9 Imobilizado

A Companhia registra seus bens pelo custo de aquisição em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil pela Resolução Normativa-ANEEL nº 674 de 11 de agosto de 2015, sendo depreciados pelo método linear com base na vida útil econômica estimada, conforme às taxas mencionadas na Nota 8.

Os custos dos encargos sobre empréstimos tomados para financiar a construção do imobilizado foram capitalizados durante o período necessário para executar e preparar o ativo para o uso pretendido.

Corumbá Concessões S.A.**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.10 Contas a pagar aos fornecedores

São obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas no passivo circulante se o pagamento for devido no período de até um ano. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

2.11 Empréstimos, financiamentos e debêntures

Os empréstimos e financiamentos tomados são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo no recebimento dos recursos líquidos dos custos da transação. Estão demonstrados pelos valores devidos de contratação, acrescidos dos encargos pactuados, que incluem juros e atualização monetária ou cambial incorridos.

Os empréstimos e financiamentos são classificados no passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data-base do balanço. A taxa efetiva é de 128% do CDI (Nota 11 e 12).

2.12 Provisões

Provisões para ações judiciais (trabalhista, civil e tributária) são reconhecidas quando:

- . a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados;
- . é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e
- . o valor tiver sido estimado com segurança.

As provisões não são reconhecidas com relação às perdas operacionais futuras.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada, levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação, relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes de tributos, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

2.13 Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os tributos correntes e diferidos. Os tributos são reconhecidos na demonstração do resultado.

O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferença entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. O imposto de renda e contribuição social diferidos são determinados, usando-se alíquotas de tributos (e leis fiscais) promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço, e que devem ser aplicadas quando o respectivo tributo diferido ativo for realizado ou quando o tributo diferido passivo for liquidado.

Corumbá Concessões S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

Os tributos diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito exequível legalmente de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e quando os tributos diferidos ativos e passivos se relacionam com os tributos incidentes pela mesma autoridade tributável, sobre a entidade tributária ou diferentes entidades tributáveis onde há intenção de liquidar os saldos numa base líquida.

2.14 Compromisso de outorga – Uso do bem público

O saldo de compromisso de outorga é registrado pelo valor presente das contraprestações das obrigações constantes no contrato de concessão.

2.15 Passivos circulante e não circulante

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, das variações nas taxas de câmbio e das variações monetárias incorridos.

2.16 Adiantamento para Futuro Aumento de Capital

Os adiantamentos para futuros aumentos de capital realizados, sem que haja a possibilidade de sua devolução, são registrados no Patrimônio Líquido, após a conta de capital social. Caso haja qualquer possibilidade de sua devolução, são registrados no Passivo Não Circulante.

2.17 Estimativas e premissas críticas

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos, estão contempladas a seguir.

Provisão da GSF

Em 2015, a Companhia realizou provisão para despesas com as liquidações financeiras no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), relacionadas ao aumento do GSF (“Generating Scaling Factor”), suspensas por meio de liminar judicial, para o período de agosto a dezembro de 2015, no montante de R\$ 8.282 (registrados na conta custo de energia elétrica), calculados com base na aplicação do GSF divulgado sobre a energia sazonalizada no período, multiplicados pelos Preços de Liquidação das Diferenças (PLD’s) médios do subsistema Sudoeste/Centro-Oeste. Este montante da provisão foi revertido com a realização da despesa em 2016.

Revisão da vida útil do ativo imobilizado

Para estimativas referentes ao tempo de vida útil do ativo imobilizado, utilizamos as taxas da Resolução Normativa nº 367 da ANEEL de forma prospectiva.

Corumbá Concessões S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Recuperação do imposto de renda, contribuição social e outros impostos diferidos

Julgamento e estimativas significativos da administração são requeridos para determinar o valor dos tributos diferidos ativos que podem ser reconhecidos, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros.

A Companhia, estima por meio de estudos financeiros internos que a implementação do plano de ação referente em conjunto com os resultados positivos de suas operações, gerarão lucro tributário que será suficiente para compensar os tributos diferidos (diferenças temporárias, base negativa e prejuízos fiscais) no prazo aproximado de 5 anos.

2.18 Normas novas que ainda não estão em vigor

As seguintes novas normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2017. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).

IFRS 9/CPC 48 - "Instrumentos Financeiros": aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. A versão completa do IFRS 9 foi publicada em julho de 2014, com vigência para 1º de janeiro de 2018, e substitui a orientação no IAS 39/CPC38, que diz respeito à classificação e à mensuração de instrumentos financeiros. As principais alterações que o IFRS 9 traz são: (i) novos critérios de classificação de ativos financeiros; (ii) novo modelo de impairment para ativos financeiros, híbrido de perdas esperadas e incorridas, em substituição ao modelo atual de perdas incorridas; e (iii) flexibilização das exigências para adoção da contabilidade de hedge.

A administração revisou seus ativos e passivos financeiros e espera o seguinte impacto da adoção da nova norma em 1º de janeiro de 2018:

. A maioria dos instrumentos de dívida que atualmente são classificados como disponíveis para venda satisfazem as condições de classificação ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e, portanto, não haverá alteração na contabilização desses ativos.

As novas regras serão aplicadas retrospectivamente a partir de 1º de janeiro de 2018, com os expedientes práticos permitidos de acordo com a norma. Os comparativos para 2017 não serão atualizados, exceto em relação às variações no valor justo dos contratos futuros de câmbio, que serão reconhecidos nos custos da reserva de Hedge.

IFRS 15/CPC 47 - "Receita de Contratos com Clientes": essa nova norma traz os princípios que uma entidade aplicará para determinar a mensuração da receita e quando ela é reconhecida. Essa norma baseia-se no princípio de que a receita é reconhecida quando o controle de um bem ou serviço é transferido a um cliente, assim, o princípio de controle substituirá o princípio de riscos e benefícios. Ela entra em vigor em 1º de janeiro de 2018 e substitui a IAS 11/CPC17 - "Contratos de Construção", IAS 18/CPC 30 - "Receitas" e correspondentes interpretações.

A administração espera os seguintes impactos da adoção da nova norma em 1º de janeiro de 2018:

. Não é esperado impacto na mensuração da receita e quando ela é reconhecida.

A administração irá adotar as novas regras a partir de 1º de janeiro de 2018, adotando a método retrospectivo modificado, isto é, sem a reapresentação das cifras comparativas do ano anterior (2017) e com os impactos acumulados da adoção inicial lançados integralmente contra lucros acumulados em 1º de janeiro de 2018.

Corumbá Concessões S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

3 Caixa e equivalentes de caixa

	2017	2016
Caixa		5
Banco BTG Pactual – Conta	198	2.624
Banco do Brasil S.A. – Conta corrente	61	61
	<u>259</u>	<u>2.690</u>

4 Contas a receber

	2017	2016
CEB Distribuição S.A. (i)	19.208	18.318
Outros (ii)		1.099
	<u>19.208</u>	<u>19.417</u>

(i) Referem-se aos valores a receber provenientes do fornecimento de energia para a CEB Distribuição S.A., de acordo com o Contrato de Compra e Venda de Energia Elétrica firmado em 7 de março de 2002 e seus termos aditivos. O saldo em 2016 contém a última parcela da fatura de competência novembro/2016, que foi recebida em Janeiro/2017, devido efeito calendário de recebimento. O saldo em 2017, da mesma forma, contém a última parcela da fatura de competência novembro/2017, que foi recebida em janeiro/2018, devido ao efeito calendários de recebimento.

(ii) Contrato de venda da sobra de energia com a comercializadora do BTG.

*Não há inadimplência

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

5 Tributos

(a) Tributos a recuperar e diferidos

	2017	2016
Imposto de renda e contribuição social diferidos (*)	54.473	55.481
PIS e COFINS a recuperar (**)	1.121	10.814
Outros	1.529	1.498
	57.123	67.793
Circulante	(1.671)	(11.333)
Não Circulante	55.452	56.460
Diferidos (***)	54.473	55.481
Outros	979	979

(*) Valores referentes ao Imposto de renda e contribuição social sobre o prejuízo fiscal, contingências jurídicas e diferença temporária adoção Lei 12.973/2014.

(**) Em 2016, refere-se a crédito de PIS/COFINS de operações de compra de energia com alíquota não cumulativa (principalmente operações de Liquidação Financeira do mecanismo de realocação de energia – MRE). Com a previsão de piora do cenário hídrico e deslocamento da geração das geradoras hidroelétricas (GSF), a Companhia não vislumbra cenário futuro de compensação de eventuais créditos tributários relacionados à compra de energia no passado. Sendo assim, foi feita a baixa dos mesmos em Maio/2017, no montante de R\$ 10.000. (Nota 14 (a)).

(***) Projeções internas indicam a realização do ativo fiscal diferido nos próximos 5 anos.

(b) Reconciliação da despesa do imposto de renda e da contribuição social

A reconciliação entre a despesa de imposto de renda e de contribuição social pela alíquota nominal está demonstrada a seguir:

	Exercício findo em 31 de dezembro	
	2017	2016
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	11.246	6.358
Alíquota nominal combinada do imposto de renda e da contribuição social - %	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação – Despesa (Benefício)	3.824	2.162
Ajustes para cálculo pela alíquota efetiva		
Ajustes permanentes	238	36
Despesas indedutíveis		
Outras receitas (i)		
Provisão para riscos e passivos contingentes	342	(1.840)
Prejuízo fiscal compensado no exercício	(1.345)	(115)
Despesa de imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício - corrente	3.059	243

Corumbá Concessões S.A.
Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Exercício findo em 31 de dezembro	
	2017	2016
Prejuízo Fiscal do Exercício	(3.956)	(337)
Provisão para riscos e passivos contingentes	1.006	(5.412)
Outros	(14)	1.778
Alíquota nominal combinada do imposto de renda e da contribuição social - %	34%	34%
Despesa de imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício - diferido	(1.008)	(1.350)

c) Obrigações Tributárias

	2017	2016
Imposto de renda e contribuição social – corrente	1.130	2
PIS e COFINS corrente	530	505
Retenções	157	165
Parcelamentos	2.660	2.928
Outros	27	29
	4.504	3.629
Circulante	(2.224)	(1.064)
Não Circulante (i)	2.280	2.565

(i) Refere-se a parcelamento de tributos pelo prazo de 12 anos.

6 Despesas antecipadas

	2017	2016
Repactuação (GSF) (i)	8.301	9.123
Outras	185	199
	8.486	9.322
Circulante	(1.009)	(1.019)
Não Circulante	7.477	8.303

(i) Repactuação - movimentação

	2017	2016
Saldo inicial em 1º de janeiro	9.123	7.888
Constituição		
Transferência saldo (reduzora passivo para despesas antecipadas)		2.059
Amortização	(822)	(824)
	8.301	9.123
Circulante	(824)	(824)
Não circulante	7.477	8.299

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2017****Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

De janeiro até julho de 2015 a Companhia registrou despesas importantes com as liquidações financeiras mensais no MRE (R\$31.725) explicado pela ocorrência de valores elevados de GSF ("Generation Scalling factor") – que reduz a energia assegurada da Usina - aliado a preços de liquidação das diferenças (PLD) majorados pelo despacho de usinas térmicas. A partir desta data, contudo, a companhia em ação coletiva (Ação n. 0034944-23.2015.4.01.3400 em trâmite na 20ª Vara Federal) por intermédio da Associação Brasileira dos Produtores Independentes (APINE), conseguiu liminar suspendendo os pagamentos relativos às retrocitadas liquidações financeiras, por entender que essas se situavam acima dos valores razoáveis. Portanto, de agosto de 2015 a dezembro deste ano foram então provisionados valores que somam R\$ 8.282 relativos às liquidações financeiras sob judice (agosto a dezembro de 2015).

Com a alternativa de repactuação do risco hidrológico ("seguro" contra GSF) oportunizada pela MP 688 e posterior Lei 13.203/2015, bem como as normatizações estabelecidas pela ANEEL, a Companhia após estudos técnicos contratados, bem como as devidas aprovações nas esferas competentes, optou por assinar a repactuação hidrológica com o produto SP90 (consolidada no despacho ANEEL nº 215 de janeiro de 2016), que, em linhas gerais, limita o risco hidrológico (GSF) futuro a um montante máximo de perda de 10% da sua energia assegurada, isenta a Companhia do pagamento do prêmio desse seguro até 07 de dezembro de 2035 e, ainda, estende a Concessão em 36 dias, passando a mesma para 12 de março de 2036. Com a opção de repactuação, a Companhia abre mão da liminar judicial que a protegia do GSF.

Como a lei 13.203/2015 retroage a janeiro de 2015, seus efeitos no balanço energético da Companhia e os consequentes lançamentos contábeis, devem ser então considerados também como se os mesmos fossem válidos desde essa data, de acordo com a classe de produto de "seguro" escolhido (SP90). Como o produto de seguro escolhido limitou o risco da Companhia em 10% (de redução da energia assegurada pelo GSF) ainda em 2015, foi calculado pelo Anexo 2 da Resolução Normativa ANEEL nº 684, que a companhia faria jus a uma compensação financeira relativa aos valores a maior pagos/provisionados à título de liquidação financeira em 2015. Isto é, esta compensação tenta anular os efeitos financeiros de tudo que foi pago ou provisionado para as liquidações do MRE que excederam o teto estabelecido pelo produto SP90 (descontados os pagamentos de prêmio de seguro do ano de 2015). Dessa forma, segundo o Anexo 2 da Resolução Normativa ANEEL nº 684, a Companhia tem direito a uma compensação total de R\$ 9.947, contabilizado em 2015, contudo, de forma que R\$ 7.888 foram a débito em despesas antecipadas (R\$ 824 - circulante e R\$ 7.064 – não circulante) e a crédito como uma redução do custo com compra de energia do mesmo montante, calculados para fazer face às despesas efetivamente pagas em 2015. O saldo restante de R\$ 2.059 foi revertido no 1º semestre de 2016 para conta despesas antecipadas (ativo). O prazo para amortização do ativo é de 11 anos.

7**Outros ativos**

	2017	2016
Banco Bradesco – Garantia CCEE (i)	1.536	560
P&D – Pesquisa e Desenvolvimento (ii)	2.366	852
Outros	11	12
	3.913	1.424

(i) Refere-se à garantia de curto prazo depositada no Banco Bradesco (custodiante da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE) para fazer face às exigências desta Câmara, no que diz respeito à Liquidação Financeira de energia no MRE.

(ii) Refere-se aos serviços em curso dos projetos de P&D em desenvolvimento. O aumento em 2017 se refere as despesas dos projetos ainda não concluídos, incorridas em 2017.

Corumbá Concessões S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

8 Imobilizado

(a) Composição

	2017			2016	Taxa média anual de depreciação - % (*)
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido	
Imobilizado em serviço – Usina					
Terrenos	94.678		94.678	94.278	
Reservatório, barragens e adutoras (i)	474.670	(110.808)	363.862	373.433	2,78
Máquinas e equipamentos (ii)	169.489	(59.921)	109.568	114.623	4,55
Veículos e embarcações	3.133	(377)	2.757	3.007	14,08
Imobilizado em serviço – Administração					
Computadores e periféricos	447	(393)	54	58	16,67
Móveis e utensílios	214	(170)	44	49	6,28
Outros	641	(355)	286	273	19,62
	743.273	(172.024)	571.249	585.721	

Os valores da tabela acima atendem a Resolução Normativa nº 674 da ANEEL de forma prospectiva.

- (i) Inclui, entre outros, obras civis executadas pelo acionista Serveng Civilsan S.A. por meio de contrato de empreitada a preço fechado.
- (ii) Refere-se às turbinas e equipamentos relacionados. A depreciação vem sendo calculada com base em taxa média determinada pela ANEEL.
- (*) Os percentuais utilizados são calculados com base em taxa determinada pela ANEEL, sendo que os valores residuais poderão ser indenizados pela União em caso de não renovação da concessão ao final do prazo de 35 anos.

(b) Movimentação

	2017	2016
Saldo inicial em 1º de janeiro	585.721	596.742
Aquisições (i)	540	3.890
Baixas (ii)	(131)	(21)
Depreciação	(14.881)	(14.890)
	571.249	585.721

(i) Em 2016, a Companhia desenvolve o Programa de Monitoramento e Controle de Macrófitas no Reservatório da UHE Corumbá IV, determinado nas condicionantes Licença de Operação. Como alternativa a este processo de remoção manual, em 2016 a Companhia optou pela importação do Sistema de Remoção de Macrófitas composto de Barco Ceifador de Plantas Aquáticas e respectiva Esteira de Transferência de Carga, visando melhoria da eficiência do processo e redução de custos.

(ii) Baixa associada a venda de equipamentos/bens avariados e obsoletos na Usina

9 Intangível

(a) Composição

	2017			2016	Taxa média anual de amortização - %
	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Líquido	
Contrato de conexão (i)	744	(209)	535	566	2,9
Direito de uso do bem público (ii)	12.865	(6.479)	6.386	6.752	2,9
	13.609	(6.688)	6.921	7.318	

(i) Refere-se ao valor presente líquido dos encargos de conexão à rede de distribuição.

(ii) Refere-se ao valor do contrato de concessão na modalidade de Uso do Bem Público (UBP) reconhecidos desde a assinatura do contrato de concessão pelo seu valor original e amortizado pelo prazo da concessão.

Corumbá Concessões S.A.
Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Movimentação

	2017	2016
Saldo inicial em 1º de janeiro	7.318	7.716
Amortização	(397)	(398)
	6.921	7.318

10 Fornecedores

	2017	2016
Hedge (i)	1.675	3.014
Diversos	1.760	1.601
Credores diversos – Terrenos	131	131
	3.566	4.746
Circulante	(3.435)	(4.615)
Não circulante	131	131

(i) Giro contas a pagar do Hedge

11 Debêntures

O valor de garantia exigido pelo contrato de debêntures está registrado na rubrica Cauções e depósitos vinculados no montante de R\$ 12.071 (2016 – R\$ 17.023), no ativo.

	2017	2016
Debêntures 2ª emissão – valor principal (*)	359.306	411.940
Encargos	988	2.723
	360.294	414.663
Circulante (**)	(360.294)	(414.663)

(*) Valores líquidos da comissão de estruturação, que serão diferidos pelo prazo da operação

(**) De acordo com o CPC 26, item 74, houve a classificação do saldo, em 2017 e em 2016, do não circulante para o circulante. Esse fato se explica pela identificação prévia de ultrapassagem dos índices (“covenant”) estabelecidos na cláusula 6.1 - item XXIV da Escritura da 2ª Emissão de Debêntures, estando os mesmos acima do máximo permitido, com potencial vencimento antecipado não automático. Informamos que esses índices são calculados em até 90 dias após a divulgação das demonstrações anuais, não se tratando assim de vencimento antecipado já em curso, pois não houve a comunicação formal ao agente fiduciário.

	Debentures 1ª série	Debentures 2ª série
Saldo em 31/12/2016	175.439	239.224
Amortização (Principal + juros)	(58.706)	(45.787)
Juros	23.353	25.706
Comissão de estruturação	597	468
Saldo em 31/12/2017	140.683	219.611

Corumbá Concessões S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2ª Emissão - 2014

A 2ª Emissão de debêntures, não conversíveis em ações da Companhia, é dividida em duas séries, uma Primeira Série da espécie quirografária com garantia fidejussória e real adicionais, a ser convolada em da espécie com garantia real e com garantia fidejussória adicional; enquanto as Debêntures da Segunda Série serão da espécie quirografária, a ser convolada em da espécie com garantia real, cuja emissão foi aprovada na 1ª Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 28 de novembro de 2014.

As Debêntures foram objeto de oferta pública de distribuição com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM 476, sob o regime de garantia firme de colocação no montante total da Emissão, com a intermediação do Banco BTG Pactual S.A. (“Coordenador Líder”) e do Banco Bradesco BBI S.A. (“BBI” e, em conjunto com o Coordenador Líder, “Coordenadores”). Como banco liquidante e escriturador/mandatário o Bradesco S/A.

Características da Emissão:

Valor Nominal Unitário: R\$ 500.000,00 (Quinhentos mil reais);

Quantidade de Debêntures: 963 (Novecentas e sessenta e três) Debêntures, sendo 540 (Quinhentas e quarenta) debêntures relativas à primeira série (“Debêntures da Primeira Série”) e 423 (Quatrocentas e vinte e três) Debêntures relativas à segunda série (“Debêntures da Segunda Série”);

Séries: A Emissão foi realizada em 02 (duas) séries;

Remuneração: equivalente a 128,0% da variação acumulada das taxas médias diárias do DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, over extra grupo (Taxa DI-Over);

Valor Total da Oferta Restrita: R\$481.500.000,00 (Quatrocentos e oitenta e um milhões e quinhentos mil reais);

Data de Emissão: 19 de dezembro de 2014;

Data de Integralização: 19 de dezembro de 2014;

Forma de Integralização: A integralização foi realizada à vista, na data de subscrição, em moeda corrente nacional por meio de procedimentos do Módulo de Distribuição de Ativos - MDA, administrado e operacionalizado pela CETIP S.A. – Mercados Organizados (“CETIP”);

Prazo de Vencimento: As Debêntures terão prazo de vencimento de 8 (oito) anos, contados da data de emissão;

Data de Vencimento: 19 de dezembro de 2022;

Banco Escriturador e Mandatário: Banco Bradesco S.A.;

Coordenadores Líderes: Banco BTG Pactual S.A. (“Coordenador Líder”) e do Banco Bradesco BBI S.A. (“BBI” e, em conjunto com o Coordenador Líder, “Coordenadores”);

Agente Fiduciário: Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários;

Código CETIP: Série 1 (“CRUM 12”) e Série 2 (“CRUM 22”).

Destinação dos Recursos: Os recursos captados com a Emissão foram utilizados para amortização de dívidas da Companhia, incluindo dívidas bancárias BNDES/BB e debêntures 1ª emissão e de processos judiciais e reforço do capital de giro;

Periodicidade de Pagamento do Valor Nominal Unitário: o pagamento do Valor Nominal Unitário referente às Debêntures da Primeira Série será realizado pela Emissora aos Debenturistas em 94 (noventa e quatro) parcelas mensais e sucessivas, sendo a primeira devida em 19 de março de 2015 (inclusive). O pagamento reprogramado do Valor Nominal Unitário referente às Debêntures da Segunda Série será realizado pela Emissora aos Debenturistas a partir do 36º (trigésimo sexto) mês contado da Data de Emissão, ou seja, a partir de 19 de dezembro de 2017 (inclusive), em 11 (onze) parcelas semestrais iguais e sucessivas, ocorrendo todo o dia 19 dos meses de junho e dezembro de cada ano, conforme o 3º (terceiro)

Corumbá Concessões S.A.**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017****Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

Aditamento ao Instrumento Particular de Escritura da 2ª (segunda) Emissão de Debêntures, assinado em 09 de junho de 2016;

Periodicidade de Pagamento da Remuneração: A remuneração das debêntures será paga mensalmente em parcelas iguais e sucessivas, a partir da data de emissão até a data de vencimento das Debêntures;

Garantias/Garantidoras: Como garantia real em cumprimento às obrigações, principais e acessórias: (i) Alienação Fiduciária (a) de 146.953.256 (cento e quarenta e seis milhões, novecentas e cinquenta e três mil e duzentas e cinquenta e seis) ações ordinárias de emissão da Companhia de titularidade da Serveng e da C&M (“Garantidoras”), representativas, nesta data, de 25,95% (vinte e cinco inteiros e noventa e cinco centésimos por cento) do capital social da Companhia (“Percentual Alienado” e “Ações”, respectivamente); e (ii) Cessão Fiduciária de (a) todos e quaisquer direitos, presentes e/ou futuros, decorrentes, relacionados e/ou emergentes do Contrato de Concessão do Complexo Energético Corumbá IV, incluindo, sem limitar, os direitos creditórios bem como todos os demais direitos, corpóreos ou incorpóreos, potenciais ou não, decorrente da exploração da Concessão e que possam ser objeto de cessão fiduciária em garantia de acordo com as normas legais e regulamentares aplicáveis e os direitos emergentes da Concessão, cujos valores deverão ser depositados na Conta Centralizadora (“Direitos Emergentes da Concessão”) e (b) de todos os valores que venham a ser depositados em determinada conta centralizadora na qual deverão necessariamente ser depositados e transitar todos e quaisquer direitos, presentes e/ou futuros, decorrentes, relacionados e/ou emergentes do Contrato de Concessão (“Conta Centralizadora”) e a Conta Centralizadora, nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios em Garantia Sob Condição Suspensiva (“Direitos Creditórios Cedidos” e “Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios”, respectivamente); (iii) exclusivamente para a 1ª série (a) Alienação fiduciária de máquinas e equipamentos listados no Contrato de Alienação Fiduciária de Máquinas e Equipamentos em Garantia Sob Condição Suspensiva, celebrado entre a Emissora e o Agente Fiduciário (b) Como garantia das Debêntures da Primeira Série, cessão fiduciária de determinada conta corrente em garantia de titularidade da Companhia onde deverão ser depositados e mantidos, recursos referentes a, no mínimo, 3 (três) parcelas de amortização do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série (“Conta Garantia” e “Valor Mínimo da Conta Garantida”), observados os termos e condições previstos no Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, Administração de Contas e outras Avenças, e, alternativamente à Cessão Fiduciária de Conta Garantia, em garantia das obrigações assumidas pela Companhia em relação aos Debenturistas da Primeira Série, fica contratação de carta de fiança bancária pela Companhia em valor equivalente ao Valor Mínimo da Conta Garantida (c) Ainda em garantia das debêntures 1ª série, “Garantia Fidejussória” onde a Soares Penido Participações e Empreendimentos S.A., por ato específico e na melhor forma de direito, se obriga solidariamente com a Emissora pelo valor de R\$ 135.000 (cento e trinta e cinco milhões de reais) (“Valor da Fiança Corporativa”).

De acordo com o CPC 26, item 74, houve a classificação do saldo, em 2016, do não circulante para o circulante. Esse fato se explica pela identificação prévia de ultrapassagem dos índices (“covenant”) estabelecidos na cláusula 6.1 - item XXIV da Escritura da 2ª Emissão de Debêntures, estando os mesmos acima do máximo permitido, com potencial vencimento antecipado não automático. Informamos que esses índices são calculados em até 90 dias após a divulgação das demonstrações de 31/12/2016, não se tratando assim de vencimento antecipado já em curso, pois não houve a comunicação formal ao agente fiduciário. Da mesma forma, a Companhia já iniciou tratativas comerciais com os debenturistas para obtenção de “waiver” desse ponto e os mesmos já se manifestaram bastante positivamente, já tendo inclusive iniciado os tramites internos com vistas a flexibilização desses “covenants” e ao mesmo tempo anuência para o não cumprimento em 2016.

Corumbá Concessões S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Covenants Financeiros:

	Ano	Índice
Dívida Líquida/(EBITDA) ("Índice Financeiro Dívida Líquida") não ultrapasse os seguintes índices nos anos indicados:	2016	4,7
	2017	3,5
	2018 em diante	2,7
Dividendos Recebidos / Serviço da Dívida das Debêntures ("Índice Financeiro Serviço da Dívida")	2016 a 2022	Maior a 1,3x

Ano	Índice conforme escritura original	Índice alterado	Índice atingido
2015	4,7		12,14 (**)
2016	3,5	4,7 (*)	4,39
2017	2,7	3,5 (*)	4,88 (**)

(*) Índice alterado por aditivo na escritura

(**) Em 2015 e 2017 houve um "waiver" para não decretação de vencimento antecipado da Emissão

12 Empréstimos e financiamentos

	2017	2016
FCO – Fundo Constitucional de Financiamento do Centro Oeste (a)	1.508	1.957
Contratos de Mutuo (b)	21.627	7.159
Banco Bradesco (c)	1.113	
Outros	17	70
	24.265	9.186
Circulante	(1.619)	(740)
Não circulante	22.646	8.446

Corumbá Concessões S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Movimentação

	2017	2016
Saldo inicial em 1º de janeiro	9.186	399
Principal	14.613	8.404
Juros	1.156	523
Amortização	(690)	(140)
	24.265	9.186

(a) A Companhia desenvolve o Programa de Monitoramento e Controle de Macrófitas no Reservatório da UHE Corumbá IV, determinado nas condicionantes Licença de Operação. Como alternativa a este processo de remoção manual, a Companhia optou pela importação do Sistema de Remoção de Macrófitas composto de Barco Ceifador de Plantas Aquáticas e respectiva Esteira de Transferência de Carga. Para operacionalização desta aquisição foi firmada a Cédula de Crédito Industrial Nº 40/01098-8 junto ao Banco do Brasil S.A. em 21 de dezembro de 2015, mediante recursos oriundos do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro Oeste - FCO, conforme condições abaixo detalhadas:

Vigência: 60 meses (desde 12/2015)

Carência: 12 meses para as parcelas de amortização, com juros trimestrais durante este período de carência.

Garantia: o próprio equipamento importado

Taxa Efetiva: 11,18 % a.a. (com bônus de adimplência de 15%)

(b) Em 2016, o valor de R\$ 7.159 (R\$ 6.750 principal + R\$ 409 juros) referente a contratos de mutuo com acionistas garantidores (firmado em Agosto/2016) a uma taxa de IGPM + 1% a.m com prazo total de pagamento de 5 anos, sendo 36 meses de carência total e 24 meses de amortização.

Em Dezembro/2017, foram novamente firmados mútuos com acionistas no valor total de R\$ 13.500, sendo R\$ 9.740 a uma taxa de 128% CDI a.a e R\$ 3.760 a uma taxa de IGPM + 12% a.a (juros simples). O prazo total de pagamento será em 42 meses, sendo 18 meses de carência total e 24 meses de amortização.

(c) Utilização em Dezembro/2017 de conta garantida, tendo em vista não recebimento da 3ª parcela do PPA, dado efeito calendário/dia útil.

13 Pesquisa e Desenvolvimento – P&D

A Lei nº 9.991, de 24 de julho de 2000, dispõe sobre a realização de investimentos em pesquisa e desenvolvimento e em eficiência energética por parte das empresas concessionárias, permissionárias e autorizadas do setor de energia elétrica. O art. 2º da mencionada lei estabelece que as concessionárias de geração e empresas autorizadas à produção independente de energia elétrica ficam obrigadas a aplicar, anualmente, o montante de, no mínimo, 1% de sua receita operacional líquida em pesquisa e desenvolvimento no setor elétrico. Conforme dispõe o artigo 12 da Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004, os investimentos em P&D acima descritos devem ser realizados da seguinte forma:

- 0,4% dos recursos devem ser depositados no FNDCT – Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e tecnológico;
- 0,4% para projetos de P&D segundo regulamentos estabelecidos pela ANEEL;
- 0,2% são recolhidos para o MME (Ministério de Minas e Energia).

Corumbá Concessões S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	2017	2016
FNDCT – Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e tecnológico	109	113
P&D	2.732	2.179
MME (Ministério das Minas e Energia)	55	57
	2.896	2.349
Circulante	(2.848)	(1.792)
Não circulante	48	557

14 Compromisso com outorga – Uso do bem público

A obrigação pelo uso do bem público originada da assinatura do Contrato de Concessão nº 01/2000 é devida mensalmente até o término do prazo de concessão com pagamentos mensais de R\$ 132 corrigidos anualmente pelo IGP-M, assim como, todo o saldo devedor da obrigação.

A administração da Companhia, de acordo com a OCPC 05, decidiu reconhecer um ativo intangível (Nota 9) em contrapartida à obrigação assumida, uma vez que o contrato de concessão na modalidade de Uso do Bem Público - UBP não é um contrato a executar, pois o Poder Concedente executou a parte que lhe cabia ao disponibilizar o acesso à infraestrutura existente, enquanto a Companhia assumiu o compromisso de efetuar os pagamentos contratuais por essa concessão.

15 Provisão para causas judiciais

A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos de natureza cível e trabalhista. A administração, baseada na opinião de seus consultores jurídicos, provisiona integralmente os processos cujos riscos de perdas sejam classificados como prováveis.

As provisões para causas judiciais constituídas, as variações no período e os correspondentes depósitos judiciais estão assim apresentados:

a) Composição (causas prováveis)

	Provisão para causas judiciais	
	2017	2016
Saneago (i)	45.947	45.039
IBAMA (ii)	1.904	1.904
Desapropriação (iii)	331	166
Outros	297	364
	48.479	47.473

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2017****Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma****(b) Movimentação da provisão**

	2017	2016
Saldo inicial em 1º de janeiro	47.473	44.603
Baixas/Reversões	(137)	(389)
Outras constituições (reversões), líquidas	1.143	3.259
Saldo final em 31 de dezembro	48.479	47.473

Em prática com a governança corporativa, a Companhia possui o Comitê de Risco composto pelos escritórios de advocacia que prestam serviços à Companhia e pela administração. Durante o exercício de 2016, o Comitê mapeou todas as ações em curso, associando às mesmas probabilidades de sucesso, bem como decidiu estratégias de atuação individuais. O Comitê se reúne trimestralmente para reavaliar os riscos e promover ajustes quando necessário. A Companhia, na avaliação das suas causas judiciais, procurou sempre se ater à essência do risco e sua probabilidade de dano à Companhia.

Passivo Contingente – Ressarcimento e perdas e danos**(i) SANEAGO**

Ação de cobrança movida por SANEAMENTO DE GOIÁS S/A – SANEAGO em desfavor da Companhia, distribuída em 16 de novembro de 2006, cujo pleito principal visava o ressarcimento/indenização de uma estação de captação de água bruta situada originalmente no Rio Corumbá e submersa pelo enchimento do lago da UHE Corumbá IV. SANEAGO sustenta que os prejuízos devidos pela Companhia eram de R\$ 24.021, orçado em outubro de 2006. A sentença julgou parcialmente procedente o pedido da SANEAGO, para condenar a Companhia ao pagamento de indenização equivalente ao custo atual da obra submersa, nas mesmas dimensões e capacidades do fim específico, a ser apurado em procedimento de liquidação de sentença, com o auxílio de peritos judiciais e assistentes técnicos das partes. A condenação incluí mais 10% de honorários de sucumbência em favor da SANEAGO. Em 12 de maio de 2015, foi distribuída pela SANEAGO ação de liquidação de sentença, Processo nº 2015.01.1.053547-3, em curso na Décima Quarta Vara Cível de Brasília, na qual deverá ser apurado o valor real dos prejuízos materiais sofridos pela SANEAGO. O juízo nomeou três peritos oficiais para promoverem a perícia, sendo um engenheiro civil, um engenheiro mecânico e um economista. As partes nomearam assistentes técnicos e apresentaram quesitos. Em 19 de setembro de 2016, foi realizada audiência de conciliação para tentativa de acordo entre as partes, a qual restou frustrada, uma vez que a SANEAGO apresentou proposta para pagamento pela Companhia na ordem de R\$ 47.800. Em 18 de outubro de 2016, SANEAGO junta aos autos os projetos e edital de licitação da obra submersa. Em 07 de dezembro de 2016, foi protocolizada petição pela Companhia, apresentando manifestação em face dos documentos apresentados pela SANEAGO e formulando quesitos complementares. Em 15 de maio de 2017, foi proferida decisão interlocutória que converteu a liquidação provisória de sentença em definitiva e fixou os pontos que seriam objeto da perícia, estendendo a mesma às outras obras da SANEAGO não submersas. Em 24 de maio de 2017, foi protocolizado e despachado Embargos de Declaração ante referida decisão. Em 30 de junho de 2017, proferida decisão conhecendo e provendo os declaratórios da Companhia para aclarar a decisão anterior, no sentido de limitar a indenização às obras constantes do Termo de Compromisso celebrado em 2005 pelas partes, contudo, determinando que caberá aos peritos analisar todos os materiais aprovados e pagos pela demandante. Contra a referida decisão em 21 de julho de 2017 foi protocolizado Agravo de Instrumento pela Corumbá para discussão do custo atual da obra. Na mesma data os autos foram distribuídos para a 5ª Turma de Direito Cível do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios. Despacho de memoriais em 26 de setembro de 2017. Em 20 de dezembro foi proferida decisão pelo Desembargador Sebastião Coelho determinando a suspensão da perícia até o julgamento do Agravo de

Corumbá Concessões S.A.**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2017****Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

Instrumento. Agravo pendente de julgamento. A perícia de liquidação Suspensa. Valor atualizado da causa: R\$45.947

(ii) IBAMA

Cuida-se de auto de infração ambiental nº 52606/D aplicado pelo IBAMA em 29 de novembro de 2005 sobre suposto descumprimento de condicionantes da Licença de Instalação nº 281/04, referente ao aproveitamento hidrelétrico AHE Corumbá IV, o qual originou o processo nº 02001.007294/2005-39 na esfera administrativa do IBAMA. Em 25 de outubro de 2013, após apresentação de todas as defesas e recursos cabíveis, a Companhia foi intimada da decisão administrativa final do IBAMA que consolidou a multa aplicada, sendo notificada para o pagamento da mesma até a data de 20 de novembro de 2013. Em 07 de novembro de 2013, a Companhia ajuizou perante a 16ª Vara Federal do DF ação declaratória de nulidade, com pedido liminar, para suspensão de exigibilidade do crédito. Em 11 de junho de 2014, foi publicada sentença julgando o pedido da Companhia improcedente, para manutenção da multa aplicada pelo IBAMA. Foi apresentada Apelação Cível pela Companhia, com efeito suspensivo e devolutivo, a qual encontra-se pendente de julgamento. A anulabilidade da autuação e da multa ainda se encontra em discussão judicial. Paralelamente ao processo judicial, a Companhia envia esforços para uma composição administrativa junto ao IBAMA, cujo pedido de revisão aguarda por análise do Núcleo de Instrução Processual (NUIP). Em 24 de outubro de 2017 foi publicado no Diário Oficial da União o Decreto Presidencial nº 9.179/2017 prevendo a possibilidade de conversão de multas ambientais em serviços de preservação, melhoria e recuperação do meio ambiente. Em 29 de dezembro IBAMA informou que ainda não havia elaborado Instrução Normativa que regulamente a conversão das multas ambientais. Em 31 de dezembro de 2017, sem novidades, processo judicial pendente de julgamento e tratativas administrativas junto ao IBAMA pendente de análise pelo referido órgão. Valor da provisão: R\$ 1.904

(iii) Desapropriação - Engexplo Desmonte e Explosivos Ltda.

Trata-se de ação de desapropriação que tramita na 2ª Vara Cível da Comarca de Luziânia-GO, sob o nº 200401747799, referente a área rural atingida pela formação do reservatório da UHE Corumbá, em que não foi possível a composição amigável quanto ao preço da indenização do imóvel, nem quanto aos lucros cessantes da exploração de areia que existia no local. Ao tempo das negociações administrativas verificou-se que o imóvel possuía gravames e averbações em favor do INSS, impossibilitando a continuidade de tentativa de qualquer acordo administrativo amigável, sob pena da Companhia responder por fraude contra credores. Na esfera judicial, após a realização de perícia e de apresentação de recurso de apelação, a Companhia foi condenada ao pagamento de indenização pelas terras e benfeitorias na ordem de R\$229 e condenação pelos lucros cessantes de exploração de areia na ordem de R\$291, totalizando uma condenação de R\$520 (depositado R\$ 189). Após apelação e demais recursos pertinentes, foi apresentado Recurso Especial pela Companhia, o qual até a presente data encontra-se pendente de julgamento. Em 31 de dezembro de 2017 sem novidades, os autos permanecem conclusos ao Ministro Relator Benedito Gonçalves. Valor da provisão: R\$ 331

Demais causas judiciais

	2017	2016
Remota (*)	6.879	7.590
Possível	160	150

(*) Dentro das causas consideradas como remotas, encontra-se uma ação anulatória proposta pela Companhia em face do IBAMA na data de 17/09/2014, em trâmite na 9ª Vara da Justiça Federal do DF, a fim de obter a anulação de auto de infração ambiental aplicada ao tempo da fase de enchimento do lago da UHE Corumbá IV, no valor histórico de R\$ 3.850, por suposto descumprimento

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017**Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

das condicionantes de resgate de fauna e de supressão de vegetação. Em 19/09/2014 foi deferido o pedido liminar para, imediatamente, suspender a exigibilidade da multa administrativa, bem como suspender a inscrição da Companhia no CADIN. Atualmente, o processo encontra-se concluso para Sentença, com perspectiva de sucesso quanto ao reconhecimento da prescrição intercorrente e cancelamento da multa. Valor da Causa: R\$ 4.940

Arbitragem – “CAM-CCBC”

Em 28 de julho de 2017, a Serveng protocolou perante o Centro de Arbitragem e Mediação da Câmara de Comércio Brasil Canadá (“CAM-CCBC”) requerimento contra a Companhia a respeito (i) da incidência de correção monetária e juros legais (IGPM-FGV + 1% a.m.) sobre os Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (“AFACs”), realizados pela Serveng entre os anos de 2006 e 2008, em valor histórico de R\$ 38.195, bem como (ii) sobre a conversão de tais AFACs em mútuo. Em 17 de agosto de 2017, a Companhia apresentou resposta ao requerimento de arbitragem. Em 28 de agosto de 2017, o CAM-CCBC intimou as partes a indicarem os seus respectivos árbitros. As partes aguardam por homologação da indicação dos árbitros para se dar início aos trabalhos do Tribunal Arbitral que decidirá sobre a disputa.

Valor da Causa: R\$38.195, já registrado no balanço como Adiantamento para futuro aumento de capital (Nota 16)

Valor máximo da perda calculado atualizado: R\$ 153.353, considerando o índice requerido (IGPM + 1%)

Apoiado nos seus consultores jurídicos, a administração considera a probabilidade de perda possível nessa disputa, portanto não foi constituída provisão.

16 Partes relacionadas

As transações entre partes relacionadas são realizadas em valores, prazos e taxas, considerando a natureza e características das transações.

	Ativo (passivo)	
	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
Conta a receber - CEB Distribuição S.A. (Nota 4)	19.208	18.318
Conta a pagar – Mútuo (Nota 12)	21.627	7.159
Adiantamento para futuro aumento de capital (i)		
Serveng Cilvisan S.A.	(38.195)	(38.195)
CEB S.A.	(3.232)	(3.232)
	(41.427)	(41.427)
	Receita (despesa)	
	Exercício findo em 31 de dezembro	
	2017	2016
Receita operacional bruta – CEB Distribuidora S.A.	169.044	159.328
Resultado financeiro (ii)	(968)	(409)

- (i) Os valores foram constituídos de 2005 a 2008 a título de Adiantamento para futuro aumento de capital – AFAC, estando pendente de classificação definitiva enquanto não for deliberado pelos Acionistas.
- (ii) Despesa de juros e correção com contratos de mútuo com acionistas.

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2017****Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma****Remuneração do pessoal-chave da administração**

A remuneração do pessoal-chave da administração, que inclui os diretores e membros do conselho fiscal foi de R\$ 791 no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 (2016 – R\$ 1.023).

17 Patrimônio líquido**(a) Capital social**

O capital social é representado por 566.248.166 Ações Nominativas (2014 – 566.248.166) sendo 243.905.724 Ações Ordinárias Nominativas - ON, 322.342.442 Ações Preferenciais Nominativas - PN classe "PNA", totalizando um capital subscrito de R\$ 171.517 (2016 - R\$ 171.517).

(b) Direitos de ações

As ações ordinárias nominativas gozam de preponderância nas decisões administrativas na proporção de 1 ação para 1 voto.

As ações preferenciais nominativas da Classe "A" não têm direito de voto e gozam das seguintes vantagens e preferências: (a) direito a dividendos 10% (dez por cento) maiores do que os atribuídos às ações ordinárias; (b) prioridade na distribuição de dividendos; e (c) prioridade no reembolso do capital, sem prêmio. As ações preferenciais nominativas da Classe "A" participam dos lucros remanescentes em igualdade de condições com as ações ordinárias, observado sempre o direito de perceberem dividendos, no mínimo, 10% (dez por cento) maiores do que os pagos às ações ordinárias.

Pagamento de dividendo mínimo obrigatório de 10% (dez por cento) do lucro líquido do exercício aos acionistas detentores de ações preferenciais de Classe "A" e de ações ordinárias.

(c) Dividendos

A proposta de dividendos consignada nas demonstrações financeiras da Companhia, sujeita à aprovação dos acionistas na Assembleia Geral, calculada nos termos da legislação societária e Estatuto da Companhia, é assim demonstrada:

	2017	2016
Resultado líquido do exercício	7.179	4.765
Constituição de Reserva Legal – 5%	(359)	(238)
Base de cálculo dos dividendos	6.820	4.527
Dividendos das ações PNA (R\$ 1,25363 por lote de mil ações)	(404)	(269)
Dividendos das ações ON (R\$ 1,13966 por lote de mil ações)	(278)	(184)
Absorção de Prejuízo (e)		(1.763)
Reserva para retenção de lucros (f)	6.138	2.311

Corumbá Concessões S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os acionistas da Companhia são:

- Serveng Civilsan S/A Empresas Associadas de Engenharia
- Companhia Energética de Brasília - CEB
- C & M Engenharia Ltda.
- Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal - CAESB
- Companhia Imobiliária de Brasília - TERRACAP
- CEB Participações S.A. – CEBPar

(d) Ajuste de avaliação patrimonial

Em 2012, foi criada uma conta redutora de patrimônio líquido (“recompra de ações”) no valor original de R\$ 76.000 (valor original das ações do FIP-BRB) sendo ajustada em R\$ 59.708 (valor das ações do FIP-BRB após redução de capital de agosto de 2012) tendo em vista o resgate /cancelamento das mesmas. O saldo remanescente, portanto, de R\$ 16.292, foi registrada em ajuste de avaliação patrimonial.

(e) Absorção do prejuízo acumulado

Em 29 de novembro de 2016, foi realizada a 2ª Assembleia Geral Extraordinária (AGE), onde os acionistas aprovaram a redução do capital social da Companhia para a absorção de prejuízos acumulados de exercícios anteriores no valor de R\$65.506, conforme evidenciado no balanço patrimonial da companhia levantado em 31 de dezembro de 2015, onde R\$ 63.743 foi reduzido da conta capital social e R\$ 1.763 do resultado parcial apurado até setembro de 2016.

(f) Reserva para retenção de lucros

Em 2016, os lucros excedentes aos dividendos mínimos obrigatórios foram destinados para Reserva de contingências para fazer face às contingências provisionadas como prováveis. Em 2017, da mesma forma, após os dividendos mínimos, propõe-se a destinação do saldo restante para a reserva para contingências.

18 Cobertura de seguros (não auditado)

A Companhia tem como política contratar apólice de seguros para cobrir riscos operacionais, patrimoniais e cíveis, com cobertura e limites de indenização representando em 31 de dezembro de 2017, respectivamente, R\$ 508.089 (sendo R\$ 500.379 para danos materiais e R\$ 7.710 para lucros cessantes) e R\$ 330.000 para o LMI - Limite Máximo de Indenização.

Corumbá Concessões S.A.
Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

19 Conciliação entre a receita bruta e a receita líquida

	Exercício findo em 31 de dezembro	
	2017	2016
Receita bruta		
CCVEE – Contrato de compra e venda de energia elétrica	169.044	159.328
Receita com Liquidação Financeira – MRE	1.548	12
Outras Receitas (*)	22.066	18.516
COFINS	(6.866)	(6.188)
PIS	(1.488)	(1.341)
Receita líquida	184.304	170.327

(*) Em 2017 se refere a operação de sazonalização de energia. Em 2016 se refere a operação de sazonalização de energia de R\$ 8.770 e R\$ 9.746 referente a venda de energia de sobra.

20 Custo dos serviços de energia elétrica

	Exercício findo em 31 de dezembro	
	2017	2016
Custos operacionais gerais (a)	10.745	11.591
Custo de energia elétrica (b)	80.442	44.849
Custo de uso do sistema de distribuição	4.769	3.298
Custo de compensação financeira – CFURH	1.111	2.013
Custo de pesquisa e desenvolvimento	1.627	1.608
Custo de fiscalização regulatória	421	418
Depreciação e amortização	15.277	15.288
	114.392	79.065

(a) Custos operacionais gerais

	Exercício findo em 31 de dezembro	
	2017	2016
Meio ambiente	3.537	4.450
Custo com mão de obra própria	3.065	2.889
Serviços profissionais – pessoa jurídica	126	346
Manutenção de Barragem/Usina	325	270
Seguro – Usina (i)	1.336	1.544
Manutenção de SE Linha de Transmissão	430	414
Preservação e segurança	636	523
Combustíveis e lubrificantes	525	515
Outros	765	640
	10.745	11.591

(i) Inclui valor de amortização do ativo regulatório (R\$ 829)

Corumbá Concessões S.A.
Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Custo de energia elétrica

	Exercício findo em 31 de dezembro	
	2017	2016
MRE realizado	9.097	18.253
MRE provisionado (Nota 6 (i))		(8.282)
Hedge + perdas (*)	41.318	26.919
Sazonalização (**)	20.027	7.959
Baixa crédito PIS/COFINS MRE (***)	10.000	
	<u>80.442</u>	<u>44.849</u>

(*) Em 2017 foi comprada energia no mercado “ex post” com deságio médio do PLD de cerca de 10% de forma a compensar o GSF maior desse ano, reduzindo em parte o resultado do MRE.

(**) Operação de compra e venda de energia que, no ano completo, se compensa (custo compra = custo venda), porém, o perfil de compra/venda pode variar a cada ano.

(***) Refere-se a baixa de crédito de PIS/COFINS devido a previsão de piora do cenário hídrico e não previsão de compensação de eventuais créditos tributários relacionados à compra de energia no passado.

21 Despesas administrativas e outras despesas operacionais, líquidas
(a) Despesas administrativas

	Exercício findo em 31 de dezembro	
	2017	2016
Pessoal (i)	3.086	4.018
Tributárias	96	85
Outras (ii)	<u>3.620</u>	<u>2.179</u>
	<u>6.802</u>	<u>6.282</u>

(i) Otimização das despesas administrativas com reorganização de pessoal da administração

(ii) Composição

	Exercício findo em 31 de dezembro	
	2017	2016
Serviços profissionais – pessoa jurídica (a)	1.769	835
Informática	350	312
Contribuições	130	107
Viagens	103	75
Legais/cartórios (b)	402	13
Aluguéis de imóveis	255	239
Pro labore conselho	119	119
Combustíveis	27	33
Indenização de terras	58	54
Outros	<u>407</u>	<u>392</u>
	<u>3.620</u>	<u>2.179</u>

a) Em 2017 registramos o pagamento a advogados para causas regulatórias no sucesso com o aumento do prazo da Concessão em 438 dias.

(b) Em 2017 refere-se a taxas com o processo no Centro de Arbitragem e Mediação da Câmara de Comércio Brasil Canadá (“CAM-CCBC”)

Corumbá Concessões S.A.
Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Outras despesas administrativas

	Exercício findo em 31 de dezembro	
	2017	2016
Provisão para causas judiciais	(1.143)	(3.259)
Reversão para causas judiciais	137	389
	<u>(1.006)</u>	<u>(2.870)</u>

22 Resultado financeiro

	Exercício findo em 31 de dezembro	
	2017	2016
Receitas		
Receitas sobre aplicações (i)	2.809	2.983
Descontos obtidos	60	991
Despesas		
Despesas correção/remuneração Debêntures	(49.059)	(73.880)
Despesas com financiamentos	(1.254)	(2.039)
Despesas financeiras com Outorga	(1.801)	(2.529)
Despesas com mútuo (ii)	(968)	(409)
Outros	(644)	(869)
	<u>(50.857)</u>	<u>(75.752)</u>

(i) Referem-se a receitas com aplicação de recursos do caixa em operações compromissadas

(ii) Mútuo constituído em 2016 (IGPM + 1% a.m.) e mútuo constituído em 2017 (128% CDI a.a. e; IGPM + 12% a.a. (juros simples))

23 Gestão de risco financeiro
(a) Identificação e valorização dos instrumentos financeiros

A Companhia opera com instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, incluindo aplicações financeiras, contas a receber, contas a pagar a fornecedores e empréstimos, financiamentos e debêntures. Adicionalmente, a Companhia não opera diretamente com instrumento financeiro derivativo.

Os valores registrados no ativo e no passivo circulante têm liquidez imediata ou vencimento, em sua maioria, em prazos inferiores a três meses. Considerando o prazo e as características desses instrumentos, que são sistematicamente renegociados, os valores contábeis estão registrados pelo valor justo.

(b) Caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber, outros ativos circulantes e contas a pagar

Os valores contabilizados são os valores realizáveis.

(c) Debêntures

A Companhia monitora frequentemente a evolução dos juros contratados como custos das debêntures (referenciado CDI) de forma a tomar atitudes de recontração das mesmas, caso esse indicador de custo descole do hedge natural da Companhia, que é o IGP-M sobre CCVEE (Contrato de compra e venda de energia elétrica). Na 2ª emissão de debêntures, o custo foi reduzido de 128,5% CDI para 128,0% CDI.

Corumbá Concessões S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(d) Política de gestão de riscos financeiros

A Companhia possui e segue política de gerenciamento de risco, que orienta em relação a transações e requer a diversificação de transações e contrapartidas. Nos termos dessa política, a natureza e a posição geral dos riscos financeiros é regularmente monitorada e gerenciada a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa.

(e) Risco de crédito

A política da Companhia considera o nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios.

(f) Risco de mercado

Risco com taxa de juros

O risco associado é oriundo da possibilidade da Companhia incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado.

(g) Risco de liquidez

O risco de liquidez é medido pela capacidade da Companhia cumprir com suas obrigações de curto, médio e longo prazo, tendo presente a sua estrutura de reservas financeiras, de ativos e linhas de créditos disponíveis para captação de novos recursos e, principalmente seus fluxos de caixa. Na visão de 31/12/2017, os valores devidos das debentures foram reclassificados do passivo não circulante para o passivo circulante, dado ao não atingimento de “covenant” financeiro. Caso as tratativas comerciais não tivessem tido sucesso, a Companhia teria risco de liquidez. Caso não houvesse esta reclassificação, o Capital Circulante Líquido (CCL) seria negativo em R\$ 59.736. Já foi obtido “waiver” na ata da assembleia geral de debenturistas assinada em 06/03/2018.

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros da Companhia que são liquidados em uma base líquida pela Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente entre a data do balanço patrimonial e a data contratual do vencimento. Os passivos financeiros estão incluídos na análise se seus vencimentos contratuais forem essenciais para um entendimento dos fluxos de caixa.

	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos
Em 31 de dezembro de 2017				
Fornecedores e outras obrigações	10.326	9.102	26.873	23.168
Debentures	100.971	98.915	176.192	73.375
Em 31 de dezembro de 2016				
Fornecedores e outras obrigações	9.459	2.704	25.398	31.457
Debentures	104.409	83.482	155.639	209.351

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(h) Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (*impairment*) no caso de contas a receber, esteja próxima de seus valores justos. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para a Companhia para instrumentos financeiros similares. O único instrumento financeiro que a Companhia opera é a emissão de debêntures, onde o valor dos juros é sempre pago, restando apenas o saldo do valor principal devido.

(i) Instrumentos financeiros por categoria

	2017			2016		
	Empréstimos e recebíveis	Ativos ao valor justo por meio do resultado	Total	Empréstimos e recebíveis	Ativos ao valor justo por meio do resultado	Total
Ativos, conforme o balanço patrimonial						
Contas a receber de clientes e demais contas a receber, excluindo pagamentos antecipados	19.208		19.208	19.417		19.417
Caixa e equivalentes de caixa		259	259	5	2.685	2.690
	<u>19.208</u>	<u>259</u>	<u>19.467</u>	<u>19.422</u>	<u>2.685</u>	<u>22.107</u>
Passivo, conforme o balanço patrimonial						
Empréstimos				384.559		423.849
Fornecedores e outras obrigações, excluindo obrigações legais				31.686		32.622
				<u>416.245</u>		<u>456.471</u>

24 Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura de capital da Companhia, a administração pode, ou propõe, nos casos em que os acionistas têm que aprovar, rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

Corumbá Concessões S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Condizente com outras empresas do setor, a Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida expressa como percentual do capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, com a dívida líquida.

25 Compromisso

A Companhia firmou Contrato de Compra e Venda de Energia Elétrica em 7 de março de 2002 para fornecimento de energia para a CEB Distribuição S.A., onde anualmente deverá fornecer os seguintes montantes de energia:

	MWh/ano
2018	665.760
2019	665.760
2020	665.760
2021 a 2035	9.986.400
	11.983.680

* * *